

# Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Medidas erradas e despreço pelo Fisco - RAUL VELLOSO ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro defende a desidratação da PEC ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores da Receita Federal vão paralisar atividades hoje e amanhã ..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para destravar auxílio ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PEC186 mantém benefícios fiscais por oito anos ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saco de maldades parece não ter fundo (2) ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para aliviar aéreas, governo acena com recuo em cobrança de imposto ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça Federal afasta PIS e Cofins sobre valor perdoado de dívida ..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prepara extensão de linha de crédito e novo programa ..... 18

R7 - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara apresenta hoje texto da PEC que libera auxílio de até R\$ 375 ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Militares pressionam para sair da PEC Emergencial - BRASÍLIA - DF ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Municípios também dão aumento ilegal para funcionalismo ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

"Auxílio necessita de contrapartidas" ..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar fecha na maior cotação desde maio, a R\$ 5,77 ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

México e Argentina terão pior recuperação na AL ..... 31

Terça-Feira, 9 de Março de 2021

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tendência para a economia é de turbulência até 2022, diz economista..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço do diesel supera nível pré-greve dos caminhoneiros..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com novo reajuste, gasolina sobe 54,3% no ano..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote de Biden busca também combater a desigualdade nos EUA..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Governo Bolsonaro "falhou miseravelmente" com vacinas, diz fundo Verde..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Expectativa para a inflação de 2021 se aproxima de 4% com real mais desvalorizado..... 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Dólar alto, expectativas baixas (3)..... 47

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Governo precisa acelerar a compra de outras vacinas imediatamente (3)..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Os riscos reais de um capitalismo antissocial - PEDRO CAFARDO..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Mitigar impacto econômico sem controlar pandemia não resolve, dizem economistas..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
POLÍTICA

Paraguai troca ministros para tentar acalmar protestos por colapso na saúde..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Caso pode ficar com juiz que anulou provas..... 53

# Medidas erradas e desapareço pelo Fisco - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

Por volta de 1994, os mercados financeiros cobravam do governo um ajuste fiscal relevante, para que a equipe da vez não se arriscasse, à época, a enfrentar um novo e fracassado congelamento de preços. Como dizer não ao todo poderoso mercado? Dizia-se, ali, que o alto grau de vinculação de receitas era uma das causas básicas do desajuste fiscal. Acreditando que algo palatável, simples e relevante teria de ser feito, e já fora do governo, propus ao ministro Fernando Henrique Cardoso uma PEC de três parágrafos que criasse um fundo destinado a receber 20% de todos os **tributos**, a ser chamado de Fundo Social de Emergência (FSE), depois rebatizado de Desvinculação de Receitas da União (DRU), recursos esses que seriam, depois, reorientados para o que fosse mais importante em cada momento, inclusive não gastar. Dessa forma, far-se-ia uma flexibilização proporcional do Orçamento, mas numa escala politicamente viável.

Ainda que tenha dado certo o plano de combate à **inflação** baseado no FSE/DRU, entre outras medidas continua presente, até hoje, um desagradável temor de retrocesso nos mercados, pela permanente e forte desconfiança em relação à nossa classe política, talvez indevida. Por isso, continuaram pressionando o governo por mais ajuste fiscal, e ainda hoje fazem ouvidos moucos para a nova visão que, desde a crise de 2008, se espalha desde os países mais desenvolvidos de que não se deve mais combater **inflação** com tanta contenção monetária, ou seja, pode haver maior tolerância com deficits públicos elevados. Foi nesse clima que estourou a covid-19 e aumentaram ainda mais os temores dos mercados com o deficit público, por conta dos elevados gastos que os governos teriam de fazer para combater a crise sanitária diretamente e transferir renda para os segmentos mais frágeis.

O grande erro da gestão Bolsonaro foi não tratar a crise da covid-19 como algo seriíssimo e emergencial, que exige tratamento de "economia de guerra", concentrando suas ações no binômio vacina-auxílio emergencial. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tinha iniciado o atual mandato com um ambicioso e, no geral, inadequado programa de reformas estruturais, que pretendia aprovar em tempo recorde, diante de um Congresso cético e sob forte pressão dos

segmentos afetados. Só se salvou a reforma da Previdência porque já havia um razoável consenso quanto à sua imperiosa necessidade e porque, na verdade, quem tracionou a aprovação de mais uma reforma parcial foram as lideranças políticas que atuavam no Congresso.

Mais recentemente, Guedes parece ter condicionado sua presença no governo à submissão e aprovação simultânea, no Congresso, de uma versão desidratada das reformas que queria aprovar desde o início, aproveitando a então iminente saída de Rodrigo Maia da presidência da Câmara, um obstáculo visível aos seus desvarios. Deve ter alegado, na linha do pensamento financeiro, que há uma pesada cobrança por um forte ajuste fiscal para acomodar os gastos adicionais, mesmo diante da atual emergência, algo hoje totalmente desnecessário na visão que se torna cada vez mais aceita no mundo. (Para uma melhor explicação disso, sugiro assistir ao evento do próximo dia 12, às 11h, clicando em <https://youtu.be/tXHg7tRLX2c>, no Fórum Nacional, que hoje presido).

Pois bem, pasmem. Guedes incluiu na proposta de PEC, que acaba de ser aprovada com ajustes no Senado, a desvinculação de 100% das receitas vinculadas (lá atrás, lembrem-se, em contexto completamente diferente, eu havia proposto 20%), incluindo em seu pacote um verdadeiro tiro no pé: a extinção da possibilidade de vincular quaisquer **tributos** à realização de atividades da administração tributária, algo que remonta à Carta de 1988 (art.167, inciso IV), que havia retirado essa possibilidade do conjunto total de proibições de vinculações, juntamente com os gastos mínimos em educação e saúde. (A propósito, dá para entender a compressão do setor de saúde, como Guedes quis, no auge da pandemia?). Na verdade, sem eliminar o ônus imposto pelo ministro sobre a administração tributária, o Senado, sob óbvias pressões dos demais interessados, preservou os quinhões dos seguintes fundos: Fundo Nacional de Segurança Pública, Penitenciário Nacional, Nacional Antidrogas, Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para a Polícia Federal, para a Defesa da Economia Cafeeira, entre outros. E como fica quem tem de arrecadar toneladas de **tributos** para fechar o buraco financeiro público?

Na verdade, pela PEC aprovada no Senado, foi-se para o lixo o Fundaf, o fundo da **Receita Federal** basicamente composto de multas tributárias, e que se destina a garantir recursos mínimos para aquisição de equipamentos e manutenção de sistemas informatizados, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos **tributos** federais e, especialmente, intensificar a repressão às infrações **aduaneira** e tributárias, entre outros objetivos relevantes. Se a Câmara mantiver esse desatino, só dá para dizer: haja desapareço por uma das instituições públicas mais sérias, capazes e relevantes do país!

# Bolsonaro defende a desidratação da PEC



Legislativo. Presidente Bolsonaro negocia retirar trechos da PEC que foi aprovada pelo Senado e será votada na Câmara

**Daniel Weterman, Camila Turtelli, Matheus de Souza**

O presidente Jair Bolsonaro negocia com deputados a desidratação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que autoriza uma nova rodada de auxílio a vulneráveis, para liberar a possibilidade de progressão e promoção de **servidores públicos** em novas situações de crise. Também estão sendo negociadas outras mudanças no texto que foi aprovado pelo Senado na semana passada, como a retirada da necessidade de o governo apresentar um plano para redução de subsídios e isenções.

O congelamento desse tipo de benefício do funcionalismo é defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como uma das contrapartidas que precisam ser adotadas no chamado "protocolo de crise". A desidratação atende a uma demanda da bancada da bala na Câmara e favorece policiais, conforme apurou o Estadão/Broadcast Político.

Ontem, Bolsonaro conversou com o relator da PEC na Câmara, Daniel Freitas (PSL-SC), e pediu a exclusão de três artigos, conforme ele próprio afirmou em entrevista no Palácio da Alvorada. O presidente não citou, porém, quais são os dispositivos que pretende excluir.

Hoje, a Câmara fará uma reunião de líderes para discutir a medida.

"Falei com o relator, que ele é o soberano, que ele poderia correr o risco de não aprovar se não mexesse em três artigos. Eram cinco, passamos para três buscando a negociação", afirmou Bolsonaro.

Deputados ligados à segurança pública querem retirar o trecho que suspende progressão e promoção funcional na carreira de agentes públicos, um dos gatilhos de contenção de gastos quando houver calamidade pública ou quando a despesa obrigatória

superar 95% do total no governo federal. A bancada da bala quer ainda acrescentar um trecho na PEC livrando policiais do congelamento de reajuste salarial. As mudanças, porém, podem fazer o texto voltar ao Senado, atrasar a tramitação da PEC e a liberação do novo auxílio emergencial.

O presidente da bancada da bala, deputado Capitão Augusto (PL-SP), tenta apoio dos parlamentares para uma emenda que tira os profissionais da segurança do congelamento salarial.

O parlamentar comemorou as falas do presidente. "Se não viesse a ordem de lá, não sei como seria. Agora, não sei como ele vai fazer", disse. "O que nos preocupa é o congelamento salarial, a contagem de tempo para vários fins e o congelamento de promoções." Na entrevista, Bolsonaro afirmou que a PEC deve ser votada pela Câmara amanhã. De acordo com ele, ao votar a medida, os deputados federais darão o sinal verde para retomada do auxílio emergencial em cinco dias. A PEC autoriza o governo federal a abrir um crédito extraordinário de até R\$ 44 bilhões para o auxílio. Em contrapartida, cria mecanismos de contenção de gastos para o futuro, como o congelamento de salários dos servidores.

Ruralistas. Outro item alvo de resistência - este dentro da bancada ruralista - é a extinção da Lei Kandir, que desonera produtos na exportação do agronegócio.

O texto aprovado pelos senadores revoga o dispositivo da lei que gerou compensações bilionárias aos governos regionais pela desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre exportações.

A medida dá ao governo federal a segurança de que a disputa vai chegar a um fim, depois de um acordo por meio do qual a União se comprometeu a pagar R\$ 65,6 bilhões aos entes federativos até 2037, o que gerou uma economia anual de R\$ 4 bilhões.

O Palácio do Planalto também negocia para retirar a exigência do plano de redução dos subsídios federais previsto na PEC. Esse item determina que o presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional um plano de redução de benefícios fiscais para cortar pelo menos 10% do montante em um ano e limitar esses incentivos a 2% do **PIB** em um prazo de oito anos. Atualmente, os chamados gastos tributários atingem 4,25% do **PIB** e totalizam R\$ 307,8 bilhões, conforme projeção da **Receita Federal**.

A PEC aprovada no Senado preserva alguns benefícios do corte, entre eles o do Simples Nacional, campeão no ranking de incentivos, Zona Franca de Manaus, cesta básica e Prouni.

Para cumprir o plano, então, o governo precisa focar a tesourada nas deduções do Imposto de Renda e em isenções de outros setores como a agricultura.

Benefício vai de R\$ 175 a R\$ 375, confirma Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem que os valores da nova rodada de auxílio emergencial irão de R\$ 175 a R\$ 375, sendo, em média, R\$ 250. A informação foi antecipada pelo "Estadão/Broadcast".

"(R\$ 250) é o valor médio. Se for uma família monoparental dirigida por mulher é R\$ 375. Se for um homem sozinho, é R\$ 175. Se for o casal, são R\$ 250. Isso é com o Ministério da Cidadania, só fornecemos parâmetros básicos, mas amplitude é com a Cidadania", afirmou o ministro, após reunião no Palácio do Planalto.

A PEC emergencial, que autoriza a retomada do auxílio emergencial, foi aprovada na semana passada pelo Senado, mas ainda passará pela Câmara. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é a de que o texto seja aprovado amanhã se houver acordo.

O governo ainda pretende restringir o pagamento do auxílio a uma pessoa por família, ao contrário da rodada de 2020, quando até dois integrantes da mesma família podiam ser contemplados.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Servidores da Receita Federal vão paralisar atividades hoje e amanhã

**Lorena Rodrigues**

de todo o País cruzarão os braços hoje e amanhã em protesto contra a desvinculação de recursos para o órgão, que foi aprovada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), a previsão é de grande adesão ao "apagão", incluindo a cúpula do órgão, como superintendentes e delegados.

A paralisação dos próximos dois dias deve afetar o controle de alfândega em aeroportos e portos e o atendimento ao público em geral, em um momento em que está aberta a temporada de entrega do Imposto de Renda.

Na PEC emergencial, aprovada na semana passada no Senado, foi alterado artigo da Constituição que permitia a possibilidade de que a **Receita Federal** e administrações tributárias estaduais e municipais tenham despesas bancadas por fundos que recebem parte das multas arrecadadas por esses órgãos. Apesar de o Fisco não ter autonomia orçamentária, o entendimento dos auditores é que, sem uma fonte de recursos garantida, haverá um aperto ainda maior no orçamento do órgão.

"A aprovação no Senado Federal da PEC 186, com o jabuti que desvincula recursos para a administração tributária, foi um ato de agressão contra o Estado brasileiro e não ficará sem resposta. Em face de mais um, talvez o mais violento ataque à **Receita Federal do Brasil**, os auditores fiscais do País inteiro promoverão um apagão de dois dias em todos os departamentos do órgão, com direta repercussão em serviços estratégicos para a economia", afirmou o sindicato, em nota.

Fechamentos. De acordo com a entidade, a desvinculação de recursos tem o potencial de reduzir pela metade a estrutura física da **Receita Federal**, com fechamento de delegacias e agências em todo País, prejudicando a fiscalização e o combate a crimes como sonegação, corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e de drogas.

"A desvinculação de recursos ameaça não apenas a **Receita Federal**, que arrecada dois terços dos

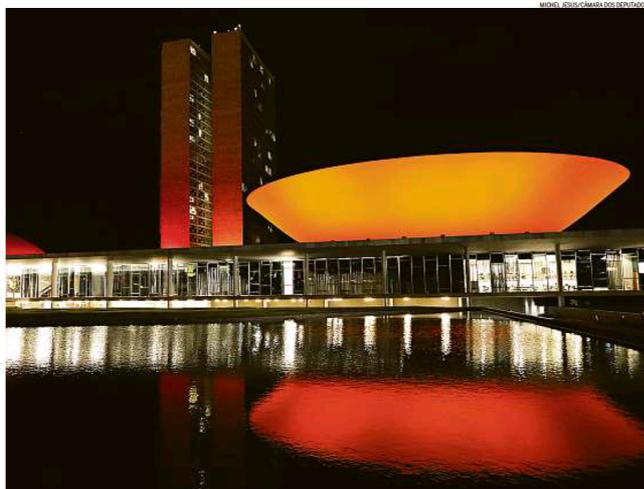
**tributos** do País, como também os Fiscos estaduais e municipais, na contramão do discurso de equilíbrio fiscal que supostamente se almejava com a PEC 186", disse o presidente do Sindifisco, Kleber Cabral.

O sindicato afirma que a mobilização não será pontual e vai continuar "até que a **Receita Federal** seja respeitada e que as discussões em torno de tema tão sensível e impactante para o país não seja feita de forma subterrânea, como está acontecendo no Congresso".

A previsão é que o texto seja votado esta semana pela Câmara dos Deputados.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Para destravar auxílio



MPG - GLOBO/CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Congresso. Para evitar atraso, o caminho articulado é tirar da PEC Emergencial todas as citações a proibição de aumento de salários em momentos de crise

**JULIA LINDNER, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA**

Pressionado pela chamada bancada da bala, o presidente Jair Bolsonaro admitiu ontem a possibilidade de fatiar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que destrava o pagamento do auxílio emergencial para preservar policiais e outros profissionais de segurança de medidas de ajuste fiscal previstas no projeto, como o congelamento de salários. Segundo Bolsonaro, a concessão é necessária para que a matéria não seja rejeitada na Câmara dos Deputados. A estratégia traçada com o relator do texto, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), permitiria retirar pontos sensíveis sem forçar uma nova análise do Senado, onde a proposta foi aprovada semana passada, o que atrasaria a liberação do benefício. Para analistas, as negociações correm o risco de abrir brechas para outras rodadas de flexibilização.

-A PEC ideal é aquela que vai ser aprovada pela Câmara. E tinha problemas ali na Câmara. Eu sou presidente, não devo interferir. Mas conversei com o relator, com o (presidente da Câmara) Arthur Lira (PP-AL)... A bancada da segurança, que tem mais ou menos 50 parlamentares, queria mudanças. Da minha parte, falei com o relator que ele poderia correr o risco de não conseguir aprovar se não mexesse em três artigos -afirmou Bolsonaro, em entrevista na entrada do Palácio da Alvorada.

Como O GLOBO revelou ontem, deputados bolsonaristas trabalharam ao longo de todo o fim de semana para relaxar efeitos fiscais da proposta e poupar policiais das mudanças. O texto, no entanto, não cita nenhuma categoria. Assim, alterar a redação para especificar que as medidas de ajuste não

afetarão as forças de segurança faria com que o texto voltasse ao Senado.

Para evitar esse atraso, o caminho articulado é tirar da proposta todas as citações a proibição de aumento de salários em momentos de crise. Na prática, isso reduziria o potencial de controle de gastos previstos na PEC. Além disso, deputados defendem excluir a determinação para reduzir o total dos benefícios fiscais, que deveriam ser cortados de cerca de 4% do **PIB** hoje para 2% em oito anos.

Também está em estudo retirar a revogação da Lei Kandir, que compensa perdas para estados exportadores. A equipe econômica defende a aprovação do texto conforme aprovada pelo Senado.

## RISCO ÀS REFORMAS

Ao comentar o plano, Bolsonaro citou que seriam suprimidos três artigos da proposta, sem citar quais. Segundo ele, seria criada uma PEC paralela - ou seja, uma nova proposta com trechos excluídos do texto principal.

-Vale lembrar que essas emendas supressivas não voltam ao Senado. Essas três ficam de fora, e pode ser criada uma PEC paralela e tramitar normalmente como outra PEC qualquer -explicou.

Nos bastidores, técnicos legislativos afirmam que essa proposta poderia conter as mudanças defendidas pela bancada da bala e poderia ser votada após a promulgação da proposta principal.

O novo aceno de Bolsonaro a uma categoria de apoiadores indica que o governo fica mais suscetível a pressões que podem inviabilizar as reformas econômicas mais à frente, segundo analistas.

-O grande problema dessas concessões, além de elas atrasarem a tramitação de outros pontos importantes, é que também fazem com que o governo fique cada vez mais vulnerável. Começa a ficar mais difícil fazer políticas que tenham efetividade dentro do governo, porque a gente sabe que, na primeira pressão, Bolsonaro cede e faz o que os grupos de interesse querem - afirma a professora de economia do Insper Juliana Inhasz.

Para a economista-chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto, a medida deve ter efeitos no mercado financeiro:

- Se a gente já vê a Bolsa tropeçando aí pelos mais diversos fatores, esse tipo de atitude não ajuda, deixa o mercado mais volátil e mostra que a agenda liberal do Bolsonaro está muito comprometida com atitudes bastantes populistas.

A votação da proposta na Câmara está prevista para amanhã. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou a aliados no domingo que pode até aceitar um acordo pela alteração, desde que não haja uma desfiguração completa da proposta original.

Apesar das declarações de Bolsonaro, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que vai trabalhar para manter o texto da PEC aprovado pelo Senado. Ele admitiu que várias corporações estão fazendo pressão junto aos deputados para ficarem de fora das amarras fiscais da proposta, como policiais, próximos a Bolsonaro, e auditores da **Receita Federal**, mas considerou esses movimentos legítimos.

-Não podemos impedir que eles façam isso, mas eu vou trabalhar para manter o texto do Senado - comentou Barros, ao ser indagado sobre as declarações do presidente.

#### NOVOCRONOGRAMA

Barros disse ainda que o assunto será discutido na reunião de líderes, marcada para hoje de manhã. O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), também afirmou a estratégia é manter o texto do Senado:

- Essa é a nossa luta. Por isso, vamos levar a proposta direto para o plenário da Câmara.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), lembrou que Bolsonaro está repetindo o que fez na reta final da reforma da Previdência, quando quis deixar de fora das mudanças os profissionais da área de segurança.

- Isso é agir contra a responsabilidade fiscal. Criar exceções é perigoso, porque pode abrir a porteira para outras corporações. Se mudar na Câmara, vai mudar no Senado. Temos que ter juízo e aprovar o texto aprovado pelo Senado -disse o parlamentar, que presidiu a comissão especial da reforma da Previdência.

Caso haja mudanças na Câmara e retomo do texto ao Senado, o cronograma de pagamento do auxílio emergencial deve mudar. Hoje, o plano é iniciar os repasses para beneficiários do Bolsa Família no dia 18 de março e pagar aos demais trabalhadores na última

semana do mês. Com o eventual atraso, essa ordem seria invertida: o pagamento começaria no fim do mês para quem não faz parte do programa social, e os inscritos no Bolsa Família receberiam o auxílio a partir da segunda quinzena de abril.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# PEC186 mantém benefícios fiscais por oito anos

**Ribamar Oliveira**

O texto da Proposta de Emenda Constitucional 186, aprovado na semana passada pelo Senado, torna irreduzíveis, por até oito anos, os atuais benefícios concedidos às micro e pequenas empresas, à Zona Franca de Manaus e às áreas livre comércio, às entidades sem fins lucrativos, à cesta básica e bolsas de estudo. "Congelou tudo", constatou o ex-secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel, em entrevista ao Valor. "Durante esse prazo ou até que o montante da renúncia de receita chegue a 2% do **PIB** [Produto Interno Bruto], esses benefícios não poderão ser reduzidos", disse. "Fica tudo do jeito que está".

Esses benefícios foram excluídos do plano de redução de incentivos que, segundo determinação da PEC 186, o presidente da República terá que encaminhar ao Congresso Nacional no prazo de seis meses depois da promulgação da emenda constitucional. Com o plano, o presidente terá que propor alterações legislativas para diminuir os incentivos e os benefícios a 2% do **PIB**, no prazo de oito anos.

O problema é que a PEC não prevê punição para o caso de a redução não ser aprovada pelo Congresso. "O presidente terá apenas que enviar o plano ao Congresso", observou a procuradora do Ministério Público c ie Contas do Estado de São Paulo, Elida Graziane. "A intenção da PEC parece ser a de protelar a diminuição dos benefícios", advertiu. "Quem vai ganhar no curto prazo é quem terá a exceção constitucionalizada", disse.

A procuradora considera "muito perigoso" o artigo da PEC 186 que trata da renúncia de receita porque as exceções que estão sendo feitas "podem ser lidas como profunda limitação para que se mude esses benefícios no futuro". Ela explicou que existe uma tese entre os advogados tributaristas de que qualquer previsão de restrição de tributação configuraria "imunidade tributária".

Graziane considera que o artigo da PEC representa uma "blindagem" dos benefícios que foram excluídos do plano de redução, o que é uma restrição da capacidade do poder público de tributar. Para ela, as exceções abrem um flanco para que novas exceções sejam inseridas no texto constitucional.

A procuradora disse que o tratamento dado pela PEC à renúncia de receita foi "na contra mão do que vem sendo discutido". Ao julgar as contas de 2017 do ex-presidente Michel **Temer**, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou que o governo federal definisse um plano para a redução dos subsídios, de forma que o montante da renúncia de receita voltasse ao patamar de 2% do **PIB**, lembrou.

O ex-secretário Everardo Maciel, por sua vez, observou que, embora alguns dos benefícios excluídos pela PEC do plano de redução estejam previstos no texto constitucional, suas regras e condições estão definidas em lei complementar, como é o caso do Simples Nacional

- o regime simplificado aplicável às micro empresas e às empresas de pequeno porte. Caso a PEC seja aprovada, as regras atuais não poderão ser alteradas, se for para reduzir os benefícios. "Fica tudo congelado", reforçou.

Everardo disse que a desoneração da cesta básica está sendo colocada no texto constitucional, bem como os benefícios concedidos às bolsas de estudo. Ele advertiu, no entanto, que não há, na legislação, uma definição do que seja cesta básica. "Temos leis que reduzem **tributos** de uma porção de produtos, que são qualificadas como a cesta básica", "Nada disso poderá ser alterado pelo prazo de até oito anos ou até que a renúncia de receita chegue a 2% do **PIB**", explicou.

O ex-secretário ponderou ainda que o conceito de renúncia de receita ainda não é claramente definido e que a metodologia do **PIB** pode mudar e o seu valor nominal ser revisto. "Estamos falando de um percentual que se aplica sobre um **PIB** que não sabemos o que será e de uma renúncia ainda não definida", afirmou.

O Valor consultou a Secretaria da **Receita Federal** sobre o artigo da PEC 186. Por meio da assessoria de imprensa, a Receita disse que ainda está avaliando o texto. A proposta inicial da PEC 186, elaborada pelo Ministério da Economia, não previa o plano de redução de **tributos** e nem as exceções. Estabelecia apenas que nenhum novo benefício poderia ser concedido enquanto a renúncia de receita fosse superior a 2% do **PIB**.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Saco de maldades parece não ter fundo (2)

**Maria Clara R. M. do Prado**

Com a assunção de aliados aos cargos de presidentes da Câmara de Deputados e do Senado, o governo Bolsonaro tornou-se mais desenvolto no destemor às críticas e mais propenso a aperfeiçoar o saco de maldades, como diria Gustavo Franco, contra o bem-estar, a segurança e os direitos da sociedade brasileira.

Como se não bastassem o desdém pelos mortos da pandemia e a desorganização do Plano Nacional de Vacinação, os decretos a favor da venda e do porte de armas, a indiferença no trato com as questões ambientais, a insipiência das relações externas do país e, ainda, a intervenção na formação dos preços dos derivados de petróleo, o governo passou a escancarar seu lado mais autoritário com atos de censura a idéias, propostas, estudos e pesquisas que não estejam de acordo com aquilo que julga "conveniente" aos seus interesses.

A interferência na Petrobras pode ser vista como um marco no aprofundamento de um processo em que o governante só enxerga aquilo que o espelho lhe mostra todos os dias pela manhã, com a ressalva do olho enviesado na direção das pesquisas de opinião relativas ao próximo pleito presidencial.

Em ambiente de "caça às bruxas", estudiosos e pesquisadores ligados a universidades federais têm sido instados a manter a "boa conduta acadêmica", abstando-se de tecer considerações contra a atuação do presidente da República, como ocorreu recentemente com dois professores da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul (um deles epidemiologista) por iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU).

Órgão do poder Executivo federal vinculado à Presidência da República, tem, curiosamente, sua função limitada à defesa do patrimônio público e à transparência na gestão do governo, através do controle, prevenção e combate à corrupção.

Há um mês, o Ministério da Educação enviou ofício às universidades públicas federais instruindo os gestores a tomarem providências para "prevenir e punir atos político partidários" em clara dissonância com o STF que já se manifestara contra atitudes que desrespeitam os preceitos fundamentais da Constituição brasileira quando o MEC, em 2019, censurou a participação de pais, estudantes e

professores em protestos que buscaram defender a qualidade da educação no país.

O caso mais emblemático de censura dentro de um órgão público aconteceu na quinta-feira, quando o presidente do Ipea, Carlos Von Doellinger, enviou ofício ao corpo técnico com a ameaça de punição aos funcionários que divulgarem estudos e pesquisas antes da "conclusão e aprovação definitiva". O texto foi entendido como uma tentativa de controlar o trabalho dos técnicos pela ótica política e é aqui que o diabo pode tomar várias formas.

Os documentos de pesquisa, análise e estudos de caso elaborados pelo Ipea já passam por rigoroso controle de qualidade do ponto de vista teórico científico. Sempre foi assim, desde que o órgão foi criado, em 1964, pelo então ministro do Planejamento, Roberto Campos, com o formato de um think tank para "ajudar o governo a pensar", na definição do seu primeiro gestor, João Paulo dos Reis Velloso.

O rigor científico e a liberdade no campo dos estudos fizeram do Ipea um centro de excelência na esfera do poder Executivo federal, no mesmo nível do Banco Central, do BNDES e da **Receita Federal**. Por lá passaram (quando ainda era Inpes) servidores que se destacaram como economistas, alguns em posições no governo, como Pedro Malan, Regis Bonelli, Cláudio de Moura Castro, Dorothea Werneck, Ricardo Paes de Barros e Edmar Bacha. O próprio Carlos Von Doellinger foi funcionário do instituto desde aquela época e destacou-se como economista na área internacional. Com certeza conhece a importância da autonomia de pensamento na qualidade científica.

O longo dos anos, o Ipea passou por altos e baixos. Vários programas governamentais basearam-se em estudos do órgão. Também detonou importantes discussões. Em março de 1972, um artigo publicado por Albert Fishlow (que foi pesquisador do Ipea por um tempo) na *American Economic Review* destacou o alto grau de concentração de renda no Brasil e a piora ocorrida entre 1960 e 1970, na primeira década do regime militar, sendo a maior parte explicada pela má distribuição da escolaridade no período. Carlos Geraldo Langoni rebateu o texto na ocasião, em defesa da reputação do governo militar.

Anos depois, em 1993, um estudo coordenado por Ana Maria Peliano no Ipea, chamado "Mapa da Fome", identificou pela primeira vez que 32 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza. O

trabalho teve tal impacto que ajudou a recolocar o Ipea no radar das grandes pesquisas, depois de ter sido esvaziado no governo Collor de Mello.

O grande equívoco que Von Doellinger cometeu no ofício aos funcionários, e que jamais poderia ter cometido em respeito à própria biografia, está no trecho em que diz serem estudos e pesquisas um "direito patrimonial do Ipea". Não cabe direito patrimonial sobre idéias, análises, propostas, elucubrações ou pesquisas quando são originadas em um órgão público. São contribuições intelectuais sustentadas com verba da sociedade que ajudam no aprimoramento do debate público e, por isso mesmo, devem ser transparentes. Até mesmo para poderem ser contestadas.

Devagar, o governo federal tenta impor regras que limitam a liberdade de expressão a tudo o que possa macular sua imagem e reputação. Sabe-se que essa é uma conduta típica do autoritarismo com vistas à perpetuação no poder. Aconteceu na Alemanha e na Itália em período aterrorizante do século XX e repetiu-se mais recentemente em regimes autoritários, como aquele instalado na Venezuela pelo tenente-coronel Hugo Chávez, além de outros, como na Hungria de Viktor Orbán.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve mensalmente às terças-feiras, mclaraprado@terra.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Para aliviar aéreas, governo acena com recuo em cobrança de imposto

**Daniel Rittner De Brasília - Ana Luiza de Carvalho De São Paulo**

Pressionado pelas companhias aéreas, em meio à intensificação da pandemia, o governo concordou em zerar novamente a cobrança de Imposto de Renda sobre o arrendamento mercantil (leasing) de aviões. A isenção vigorava desde os anos 1990 e terminou no ano passado, quando passou a ser aplicada alíquota de 1,5% sobre o envio de remessas internacionais para os donos das aeronaves. O IR "cheio"-de 15% sobre remessas-acabou de voltar.

Sem nenhuma mudança, as estimativas no setor e no próprio governo são de impacto entre R\$ 430 milhões e R\$ 600 milhões para o caixa das empresas em 2021. Com essa fatura assustando as aéreas, no momento em que o processo de recuperação da demanda por viagens regrediu vários passos, o governo aceitou recuar na cobrança.

O último apelo das companhias foi feito pelos presidentes da Latam, Gol e Azul ao ministro da Economia, Paulo Guedes, em uma reunião no dia 25 de fevereiro. Diante do cenário exposto pelas aéreas, que voltaram a cortar voos diante da nova onda de covid, Guedes alinhou-se aos ministérios da Infraestrutura e do Turismo, que já vinham atuando nos bastidores a favor da isenção do imposto.

O chefe da equipe econômica concordou, segundo interlocutores, com a preparação de uma medida provisória instituindo alíquota zero novamente. Para evitar complicações na tramitação do projeto de lei orçamentária de 2021, que normalmente é aprovado no Congresso Nacional em dezembro e até hoje não teve sequer relatório apresentado, a MP deverá sair apenas depois da votação.

Por um lado, isso resolveria o problema dos novos contratos de arrendamento das empresas aéreas - o que muitas autoridades em Brasília chamam de "daqui para frente". Para os contratos já em vigência, "daqui para trás", haveria uma nova interpretação com base em parecer encomendado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que impediria cobranças para aviões arrendados originalmente antes de 31 de dezembro de 2019 - calcula-se que 98% da frota atual.

Essa engenharia tributária se sustenta na forma como

ocorreu a mudança. A isenção do imposto sobre remessas para pagamento do leasing de aeronaves vinha sendo objeto de sucessivas renovações desde 1997. Naquele ano, o Brasil passou a adotar uma prática bastante comum em outros países, que buscava garantir competitividade às empresas aéreas e fomentar a competição no setor.

O jogo ficou diferente a partir de MP 907, medida provisória de 2019 que tratava da Embratur e também aumentava o IR de zero - alíquota vigente nos 22 anos anteriores - para 1,5% em 2020.

Depois, a alíquota iria para 3% em 2021 e para 4,5% em 2022.

No meio do caminho, o Congresso Nacional modificou a versão original e derrubou essa alta do imposto. Só que o presidente Jair Bolsonaro, atendendo recomendação da **Receita Federal**, vetou o artigo que dispunha sobre o tema. Criou-se um vazio jurídico e, na ausência de uma nova lei, vol-tou-se à cobrança do imposto cobrado antes da primeira isenção - por isso a alíquota "cheia" de 15%.

As empresas conseguiram adiar ou renegociar o pagamento de leasing no ano passado. A recuperação da demanda, que já havia atingido 80% do nível pré-pandemia nos voos domésticos, foi interrompida pela nova onda da pandemia.

O parecer da PGFN, afirmam essas fontes, eximiria as companhias de pagar pelas aeronaves arrendadas antes de 2020. Apesar do respaldo de Guedes, muitos avaliam que os técnicos da procuradoria ainda podem resistir à mudança.

Com esse entendimento garantido para contratos vigentes, ficaria mais fácil editar a MP. Isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que se apontem receitas para cobrir renúncias tributárias. Se os aviões pré-2020 estiverem resolvidos, a compensação pela LRF será bem menor e caberá mais facilmente no orçamento de 2021.

-

Demanda cai e Gol corta voos em 28%

A Gol Linhas Aéreas informou, na noite desta

segunda-feira, que reduziu sua capacidade de 493 para 355 voos em fevereiro ante janeiro, o que representa uma queda de 28% no período.

A taxa de ocupação recuou 2,4 pontos percentuais (p.p.) em relação a fevereiro, para 80,8%. O número de assentos em fevereiro somou 1.735, queda de 35%. A companhia aérea reportou retração de 15% na busca por passagens aéreas, em relação a fevereiro do ano passado.

O volume de vendas recuou 28% no comparativo mensal devido à "queda persistente na demanda por viagens", em razão da segunda onda de casos de covid-19 no Brasil. A receita bruta consolidada mensal caiu 42%, para R\$ 503 milhões.

Já a receita unitária de passageiro (Prask) caiu 12,7% em relação a janeiro, para R\$ 20,54. Em relação a fevereiro de 2020, a queda foi de 15%.

A liquidez total ficou em cerca de R\$ 2 bilhões no mês passado, em razão da queda no volume de recebíveis em cerca de R\$ 90 milhões e da amortização de R\$ 70 milhões em dívidas bancárias. Ainda em fevereiro, a empresa operou 469 voos diários em dias de pico, capturando parte da demanda de passageiros no feriado de Carnaval.

A rival Azul informou na semana passada que cortou 50 voos diários na sua oferta para março e abril.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186730](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186730)**

# Justiça Federal afasta PIS e Cofins sobre valor perdoado de dívida

**Adriana Aguiar De São Paulo**

Uma indústria metalúrgica conseguiu na Justiça afastar a cobrança de PIS e Cofins sobre valor perdoado de dívida, negociado com um banco. A decisão liminar é a primeira que se tem notícia e foi proferida pela 6ª Vara Federal de Campinas (SP).

A tese chegou ao Judiciário com a jurisprudência desfavorável na esfera administrativa. Os poucos julgados sobre o tema adotam o entendimento da Fazenda Nacional de que os valores devem ser considerados receita e, portanto, tributados - alíquota de 9,25% de PIS e Cofins.

A discussão é importante neste momento de pandemia e pode abrir caminho, segundo advogados, não só para descontos dados por bancos em financiamentos, mas também para negociações entre empresas e até mesmo em recuperações judiciais.

No caso, a indústria metalúrgica, localizada em Hortolândia, interior de São Paulo, conseguiu um abatimento de cerca de R\$ 640 mil em empréstimo com o Banco Bradesco. E decidiu entrar na Justiça com a tese, com a alegação de que esses valores perdoados não poderiam ser considerados receita, uma vez que não houve novo ingresso de dinheiro no caixa.

De acordo com o advogado que assessora a metalúrgica, Eduardo Galvão, do GBA Advogados Associados, "ainda que numa análise contábil se trate de um resultado escritural positivo, os valores obtidos com o perdão não podem ser classificados como receita financeira, uma vez que não representa ingresso de novos valores originados de uma atividade operacional ou não operacional desenvolvida pela empresa".

Se mantida, a decisão da 6ª Vara Federal de Campinas, acrescenta o advogado, pode representar uma economia de cerca de R\$ 60 mil, um valor significativo para uma empresa de médio porte em crise financeira (processo nº 5002526-13.2021.4.03.6105).

A tese ganhou força depois do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da

Cofins. Na ocasião, os ministros reafirmaram que existe diferença entre o conceito de faturamento e receita. Para eles, embora todo faturamento seja receita, nem toda receita é faturamento (RE 574706).

Mas desde 2013, com o julgamento em repercussão geral que afastou a incidência do PIS e Cofins sobre valores auferidos em cessão de créditos acumulados de ICMS (RE 606107), advogados acham a discussão possível. Na ocasião, o STF definiu receita como ingresso financeiro que se integra no patrimônio, na condição de elemento novo e positivo.

A **Receita Federal**, porém, tem entendimento contrário ao contribuinte. Na Solução de Consulta Cosit nº 176, de 2018, afirma que a remissão de dívida representaria uma receita operacional tributável pelo PIS e a Cofins.

Ao analisar o pedido de liminar da empresa, o juiz Haroldo Nader, da 6ª Vara Federal de Campinas, entendeu, porém, que "é cediço que o PIS e a Cofins se tratam de **tributos** que incidem sobre receita, não sobre resultado/lucro. Então, qualquer desconto obtido pelo contribuinte, ainda que negociado, não pode ser considerado receita financeira: trata-se daquilo que ele deixou de gastar, ou seja, um abatimento no custo de sua atividade, não tributável exceto pelas exações sobre o lucro".

Ariana de Paula Andrade Amorim, do escritório Briganti Advogados, afirma que a liminar é a primeira que conhece e pode dar força para a discussão. Ela aguarda sentença sobre discussão semelhante, que envolve perdão de dívidas entre duas empresas. O caso está para ser julgado em Divinópolis, em Minas Gerais. Para ela, a discussão cresceu em volume depois do julgamento da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

A advogada acrescenta que existem decisões semelhantes para descontos obtidos em multas e juros de mora de dívida incluída no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Em abril de 2018, por exemplo, a Cairu Indústria de Bicicletas obteve na Justiça Federal liminar que afasta a cobrança de Imposto de Renda (1RPJ), CSLL, PIS e Cofins (processo nº 1000052-91.2018.4.01.4103).

Na decisão, o juiz federal André Dias Irigon, da Vara

Federal Cível e Criminal de Vilhena (RO), cita a decisão do Supremo que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e diz que, a partir do precedente, a remissão da dívida não poderia ser tratada como receita para fins de tributação.

Já no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, os poucos julgados sobre o tema são desfavoráveis. Em um caso emblemático, a 3ª Turma da Câmara Superior manteve autuação contra a Silvio Santos Participações de cerca de R\$ 900 milhões, em valores atualizados (processo nº 16327.720855/2014-11), que tratou de remissão de dívida.

Para o advogado Leo Lopes, do FAS Advogados, a discussão ainda não ganhou corpo porque não há muitas autuações sobre o tema e nem sempre as companhias querem discutir antecipadamente o assunto no Judiciário. A tese, afirma, abre caminho principalmente para as empresas em recuperação judicial, que conseguem obter às vezes perdão para mais da metade da dívida.

Ele lembra que no projeto da nova Lei de Recuperação e Falências, sancionada em dezembro, havia a previsão para que os valores perdoados não fossem tributados. Contudo, esse ponto foi vetado pela presidência da República.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186730](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186730)**

# Governo prepara extensão de linha de crédito e novo programa

**Fábio Pupo e Bernardo Caram - Brasília**

Os pedidos da iniciativa privada e o avanço da pandemia fizeram o governo começar a planejar um novo fôlego para empresários via crédito. Além do aumento do prazo de pagamento das linhas de financiamento criadas durante a pandemia, um novo programa está sendo debatido.

As discussões mais avançadas são voltadas ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), criado em maio. Os empresários que captaram recursos por meio da linha tinham originalmente uma carência de até oito meses para começar a devolver os recursos.

Como o programa só foi regulamentado em junho, a carência dos primeiros empréstimos começa a vencer agora (entre fevereiro e março). Com o avanço da pandemia e novas medidas de restrição que devem afetar o faturamento, os empresários pedem mais tempo.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio, setor que está entre os mais afetados pelos efeitos da Covid) divulgou carta aberta ao ministro Paulo Guedes (Economia) pedindo a prorrogação, dizendo que as empresas ainda não conseguiram se recuperar das consequências da pandemia.

"A retomada não ocorreu conforme o previsto, e continuamos experimentando as consequências e o agravamento da situação, com o retorno de medidas que incluem o fechamento de estabelecimentos", afirma o texto da CNC.

Alexandre Sampaio, diretor da CNC, diz que é urgente uma saída. "Estamos vendo o desastre que tem sido a política de vacinação, com as cidades fechando, e isso está jogando o comércio numa situação de inadimplência. Sabemos que ele [Guedes] está trabalhando numa saída, mas o tempo urge", disse.

A equipe econômica está estudando as alternativas e questões jurídicas para a prorrogação, mas já há o entendimento de que é possível e desejável um aumento da carência do Pronampe por ao menos mais quatro meses -o que resultaria em um prazo total de 12 meses para que o início dos pagamentos.

A pasta afirma que as carências foram pensadas considerando um horizonte de retomada da atividade no começo de 2021, cenário alterado pelo recrudescimento da pandemia.

O Pronampe, destinado a micro e pequenas empresas, liberou R\$ 37,5 bilhões em crédito contratado em 2020.

Os demais programas de crédito possuem prazos maiores e, em alguns casos, é interpretado que as regras permitem renegociar as condições diretamente com os bancos. Mas, mesmo assim, a equipe econômica já cogita flexibilizações também nesses casos, dada a continuidade da pandemia.

A equipe de Guedes considera que o enfrentamento da pandemia neste ano tem como vantagem o fato de as medidas estarem prontas e que alterações pontuais podem dar fôlego à economia sem demora sobre formulação de novas iniciativas.

Há um complicador para conceder o prazo maior nas linhas de crédito. Como as empresas já contrataram as condições junto aos bancos, adiar a carência faria com que eles perdessem parte da rentabilidade da operação ou que as empresas tenham que pagar parcelas maiores depois.

A CNC pede também que o custo não aumente para elas após a prorrogação da carência, e o governo ainda avalia a questão. Uma solução para o problema tende a avançar somente após a aprovação definitiva no Congresso da PEC Emergencial, que libera gastos públicos em caso de decretação de calamidade pública, e do Orçamento de 2021 -ainda estacionado no Congresso.

Ao todo, os programas de crédito criados na pandemia liberaram R\$ 148 bilhões em créditos contratados. O principal deles foi o Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito), voltado também a grandes empresas, com R\$ 92 bilhões em operações contratadas.

Outros programas foram o Pese (Programa Emergencial de Suporte a Empregos, coordenado pelo Banco Central), o Peac Maquininhas, o Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) e o BNDESGiro (do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social).

O governo também prevê novos programas de crédito para 2021. Neste ano, técnicos discutem um meio de os empréstimos dependerem menos de recursos públicos e terem uma parcela maior do risco assumido pelos próprios bancos.

Os números ainda estão sendo estudados, mas já se falou internamente que as garantias podem ser baixadas para patamares próximos a 30% do valor de cada operação em ao menos parte das linhas. No ano passado, em parte dos programas o Tesouro arcava com todo o risco da operação.

A pasta ainda faz as contas sobre fatores que influenciam a definição das taxas de juros dos financiamentos. No programa voltado a pequenas empresas, a avaliação é que a rodada deste ano deve ter juros mais altos, próximos a 6% ao ano, ante 3,25% ao ano do Pronampe em 2020.

Mesmo com a perspectiva de liberação de novos gastos públicos neste ano para combater as consequências econômicas da pandemia de Covid-19, a equipe econômica planeja amenizar o impacto das medidas nas contas públicas.

A equipe econômica desenha iniciativas em 2021 com uma engenharia financeira que reduza ou até mesmo descarte a necessidade de recursos do Tesouro Nacional dependendo do caso. Além do redesenho das medidas de crédito, também estão nessa lógica a limitação nas parcelas de auxílio emergencial e o uso de recursos do seguro-desemprego para o programa de manutenção de empregos.

As medidas devem passar por avaliação do Congresso. No ano passado, após pressão de parlamentares e bancos, o governo acabou cedendo e flexibilizando alguns pontos das linhas de crédito, como uma ampliação da garantia com recursos públicos. Neste ano, para evitar mudanças, a equipe econômica tenta fechar acordos políticos antes da apresentação da medida.

Em outra estratégia para dar um alívio às empresas, segue no radar do governo, ainda sem definição, a possibilidade de adiar por alguns meses o pagamento de **impostos** federais, assim como em 2020.

Técnicos afirmam que o ministério monitora os resultados da arrecadação de **tributos** e a inadimplência para avaliar a necessidade de adotar a medida.

Medidas anticrise já tomadas pelo governo em 2021

Flexibilização para obtenção de crédito, suspendendo proibição de empresas com pendências com o poder público de contratarem empréstimos

Renegociação de **tributos** federais vencidos de março a dezembro de 2020 e não pagos em razão da pandemia

#### MEDIDAS EM ESTUDO

Liberação de saques do FGTS

Antecipação de pagamentos do 13º do **INSS**

Auxílio emergencial para vulneráveis

Mudanças em programas de crédito, além de novo programa

Flexibilizações em regras trabalhistas para empresas (como adiamento do pagamento do FGTS por até quatro meses, antecipação de férias, flexibilização para decretar férias coletivas e antecipação de feriados, flexibilização de regras para alterar regime de trabalho para home office)

Nova edição do programa de manutenção de emprego e renda

#### Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49460>

# Câmara apresenta hoje texto da PEC que libera auxílio de até R\$ 375

## **Leia também**

O deputado Daniel Freitas (PSL-SC), relator da PEC Emergencial, que abre espaço para uma nova rodada de auxílio emergencial, vai entregar o relatório nesta terça-feira (9) à Câmara. Aprovada na última quinta-feira (4) pelo Senado, a proposta pode começar a ser discutida em plenário pelos deputados. O texto deve passar por duas votações e, caso aprovada, será promulgada pelo Congresso.

O texto permite ao governo federal pagar novo auxílio emergencial em 2021 com R\$ 44 bilhões por fora do teto de gastos e impõe mais rigidez para a aplicação de medidas de contenção fiscal, controle de despesas com pessoal e redução de incentivos tributários.

A duração do novo auxílio, sua abrangência e o valor individual ainda serão definidos pelo Poder Executivo em medida provisória após a promulgação da PEC. O governo já adiantou que serão quatro parcelas a partir de março de, em média, R\$ 250. Para mulheres chefes de família será de R\$ 375 e, no caso de homens sozinhos, R\$ 175.

Já as medidas de contenção de despesas para a União serão acionadas quando for atingido um gatilho relacionado às despesas obrigatórias. No caso de estados, Distrito Federal e municípios, por causa da autonomia federativa, as medidas serão facultativas.

Encerrado oficialmente em dezembro do ano passado, depois de pagar R\$ 294 bilhões para 68 milhões de brasileiros no período de oito meses, o auxílio emergencial desta vez terá um pente-fino do governo que contará com 11 bases de dados, dentre elas o Caged, **INSS**, MEI, CNIS e Imposto de Renda, para restringir o benefício para quem realmente precisa. A expectativa é que desta vez sejam beneficiadas 40 milhões de pessoas.

- O governo poderá pagar o auxílio emergencial em 2021 sem precisar cumprir as regras fiscais, como limites de gastos e endividamento. O gasto total com o benefício terá que ser de R\$ 44 bilhões

- Como contrapartida ao novo auxílio, a PEC aprimora os gatilhos que são acionados quando os gastos do poder público atingirem um determinado patamar (95% das despesas totais)

- Os órgãos não poderão conceder aumento aos servidores, conceder novos incentivos fiscais, realizar concursos ou programas como Refis

- Os gatilhos poderão ser adotados pelos estados, municípios e Distrito Federal, mas o acionamento é opcional

- O governo também terá que diminuir os incentivos fiscais. Ficam de fora o Simples, a Zona Franca de Manaus, Prouni e a cesta básica

- Uma lei complementar vai regulamentar a sustentabilidade da dívida pública, com indicadores de apuração e medidas de ajustes

- A PEC introduz regras fiscais definitivas para períodos de calamidade pública, como a pandemia, como contratação sem licitação e uso superávit financeiro para custear os combates à calamidade pública

- O texto estende de 2024 para 2029 o prazo para que estados e municípios paguem seus precatórios e revoga a compensação paga pela União para a desoneração do tributo das exportações (Lei Kandir)

\* Com informações da Agência Câmara

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/camara-apresenta- hoje-texto-da-pec-que-libera-auxilio-de-ate-r-375-09032021>

# Militares pressionam para sair da PEC Emergencial - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

Integrantes das Forças Armadas e de segurança em geral estão em pleno movimento na Câmara dos Deputados para que sejam uma exceção à regra de suspensão dos reajustes, benefícios e vantagens prevista para todos os **servidores públicos** no texto da PEC Emergencial. Se depender do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a viagem desses militares será perdida. É que, diante das dificuldades fiscais do país, no momento em que abrir exceção para uma determinada categoria, o efeito será semelhante a um estouro da boiada, ou seja, nada ficará de pé.

Lira já foi avisado: se os militares saírem da PEC, a próxima categoria será a dos professores e as carreiras típicas de estado. Se é para fazer um sacrifício, que sejam todos incluídos.

O "x" que eles querem

Políticos enroscados na Lava-Jato passaram o dia torcendo para que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal mantenha o julgamento do habeas corpus em que a defesa de Lula pede a suspeição do ex-juiz Sergio Moro. É que, se Moro for considerado suspeito, há o risco de cair tudo. Caso contrário, vai se estreitar a perspectiva de sucesso da turma que ainda deve explicações sobre o dinheiro desviado da Petrobras. De Eduardo Cunha a Sergio Cabral, todos querem a cabeça do ex-juiz.

PT ganha fôlego...

Se antes da decisão do ministro Edson Fachin os petistas já estavam convictos de que o partido deveria ter um candidato a presidente da República, agora, com Lula livre para se jogar na disputa, é que todas as conversas com outros partidos vão colocar essa candidatura como inegociável.

...mas tem problemas

A euforia, porém, não é compartilhada pelos outros partidos de esquerda. O PDT de Ciro Gomes, o PSol de Guilherme Boulos, o PSB do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, passaram o dia em declarações para alertar que a decisão não inocentou o ex-presidente.

"Começou o Termidor à brasileira. Desmoralizaram o Robespierre de Curitiba"

Do ex-deputado Paulo Delgado, comparando a decisão de Fachin que anulou as condenações de Lula com a morte do líder da Revolução Francesa.

Curtidas

Covid é o que preocupa/ Governadores fecham um documento conjunto para apresentar ao Congresso, a fim de que pedir que os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, ajudem no diálogo com o governo federal sobre a necessidade de restringir a circulação de pessoas até que a taxa de transmissão caia. Esse papel caberia ao Ministério da Saúde, que, segundo os governadores, está de mãos atadas por causa da posição do presidente Jair Bolsonaro, que abomina o fechamento de atividades em função da pandemia.

Ciro na área/ Cauteloso ao falar sobre a volta de Lula ao grid de largada de pré-candidatos para 2022, o pedetista faz questão de dizer com todas as letras que a decisão de Fachin não inocenta Lula e que o caminho até 2022 ainda é longo: "Vacina é o que interessa, o resto a gente discute em outra hora".

A visão de Huck/ O empresário Luciano Huck (foto), integrante da paleta de opções para 2022, também comentou a decisão nas redes sociais: "No Brasil, o futuro é duvidoso e o passado é incerto. Na democracia, a Corte Suprema tem a última palavra na Justiça. É respeitar a decisão do STF e refletir com equilíbrio sobre o momento e o que vem pela frente. Mas uma coisa é fato: figurinha repetida não completa álbum", escreveu.

Parou tudo/ Os profissionais da política nem piscaram com a decisão do STF. Sabem que, enquanto esse imbróglio jurídico da decisão de Edson Fachin não for decidido, o tabuleiro de 2022 continuará bagunçado. Diante da pandemia, ganhará pontos quem estiver dedicado a cuidar do tema da saúde, deixando a guerra eleitoral de lado.

# Municípios também dão aumento ilegal para funcionalismo

**Adriana Fernandes**

mapeou que 54 municípios, 6 Estados e o Distrito Federal autorizaram algum tipo de reajuste, bônus ou gratificação a seus servidores ou à cúpula do Executivo e Legislativo, mesmo estando impedidos pela lei que garantiu o socorro federal no ano passado para enfrentar a pandemia do novo coronavírus.

Ao todo, segundo o ministério, são 99 possíveis violações praticadas por governadores, prefeitos e assembleias, incluindo nomeações para novos cargos, que também contrariam as vedações incluídas na lei complementar 173. Em alguns municípios e Estados, há mais de uma violação.

Em nota técnica, a equipe do ministro, Paulo Guedes, pede à Advocacia-Geral da União e à Controladoria-Geral da União que verifiquem a fidedignidade das informações coletadas. O levantamento tem servido de base para defesa do governo nas ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei aprovada após uma queda de braço do ministro Paulo Guedes para garantir o congelamento e outras medidas de ajuste, como vedação a concursos, medidas consideradas contrapartidas ao aumento de gastos por conta da pandemia.

O governo já conseguiu uma primeira vitória com voto favorável do ministro-relator, Alexandre de Moraes, em julgamento que reúne ações que tramitam em conjunto contra a lei do ano passado, que prevê o congelamento não só dos salários, mas também de todos os gastos de pessoal. O julgamento pelo plenário virtual começou na sexta-feira e se estende até as 23h59m do próximo dia 12.

A contratação de pessoal só é permitida para repor cargos vagos até o fim de 2021. Também foram proibidas medidas que elevem a despesa obrigatória acima da **inflação**, exceto nos casos de aumento de gastos para ações diretamente ligadas ao combate dos efeitos da pandemia.

Mas Executivo e demais Poderes locais vêm arrumando um "jeitinho" para fugir do que determina a lei, como revelou reportagem do Estadão publicada em fevereiro. Agora, o ministério traça mapa atualizado que inclui também os municípios.

Para o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, o voto do ministro Alexandre de Moraes preserva a vedação a aumentos e progressões e, por isso, representa um marco importante no fortalecimento do controle das despesas obrigatórias promovido pela lei. "Este é o espírito dessa lei: neste momento em que os esforços e os recursos precisam estar direcionados para o enfrentamento à pandemia, não há espaço para aumentos salariais", diz Funchal ao Estadão.

Segundo ele, diversas tentativas de aumentos salariais, burlando a legislação, vêm ocorrendo, trazendo risco de desidratação desse arcabouço legal e prejudicando a gestão pública: "O posicionamento do ministro Moraes significa um importante ganho institucional".

Há casos desde reajuste de salários de prefeitos e vereadores, nomeação com menos de 180 dias para o término de mandato eletivo, alteração da estrutura administrativa de órgão (com criação de cargos), contratação temporária de servidores (não exclusivamente ligados à área da saúde), reajuste de salários dos **servidores públicos** como um todo, ou para categorias ou cargos específicos.

Também há revisão anual da remuneração dos **servidores públicos** (data-base) e incorporação de gratificação aos vencimentos de **servidores públicos**.

A pesquisa foi feita pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios do Tesouro. Como exemplos, os técnicos citam a cidade de São Paulo, que aprovou, em dezembro de 2020, lei que elevou a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais, a partir de 2022.

Na mesma linha, Manaus e o Estado do Amazonas, aprovaram dispositivos legais que estabeleceram, respectivamente, o aumento da remuneração do prefeito e dos vereadores e a criação de cargos em comissão na Assembleia Legislativa.

Congelamento de gastos garante nova rodada de auxílio, diz Guedes

A economia de R\$ 150 bilhões para União, Estados e municípios com o congelamento dos salários e gastos de pessoal desde o ano passado até dezembro de

2021, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, é responsável por garantir inclusive a retomada do auxílio emergencial aos mais vulneráveis em 2021, como prevê a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que já passou pelo Senado, na semana passada, e que tramita agora na Câmara.

Em maio do ano passado, o Congresso aprovou alívio de R\$ 125 bilhões para Estados e municípios em função da pandemia de covid-19. Como contrapartida, a lei exigiu que prefeitos e governadores congelassem os salários do funcionalismo até o fim de 2021. Os parlamentares, porém, com o aval do presidente Jair Bolsonaro, livraram do congelamento policiais, médicos e professores. A pedido de Guedes, Bolsonaro voltou atrás e vetou esse item.

Na nota técnica, o Ministério da Economia diz que Estados e municípios encerraram o ano de 2020 com cerca de R\$ 83 bilhões em caixa, o dobro em relação ao ano anterior e o maior valor da série histórica.

Agora, o governo tenta recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que esses reajustes e a criação de cargos que contrariam o que diz a lei sejam revogados por governadores e prefeitos.

As cidades de Curitiba, Salvador, Fortaleza e Campo Grande também elevaram a remuneração dos chefes do Poder Executivo local, enquanto Cuiabá, Fortaleza e Natal elevaram a remuneração dos integrantes do Poder Legislativo local.

Outros municípios que aprovaram ou discutem projetos para elevação da remuneração de cargos eletivos e secretários incluem Rodrigues Alves (AC), Serra Preta (BA), Caetité (BA), Morro do Chapéu (BA), Anguera (BA), Guarapari (ES), Cariacica (ES), Almirante Tamandaré (PR), Niterói (RJ), Belford Roxo (RJ), Mossoró (RN), Natal (RN), Joinville (SC) e Araguaína.

Leis aprovadas, ou projetos de leis em discussão tratando de reajustes a **servidores públicos** incluem Goiânia (GO), São Lourenço (MG), Salinas (MG), Divinópolis (MG), São Joaquim e Bicas (MG), Governador Valadares (MG), Belo Horizonte (MG), Picos (PI), Curitiba (PR), Niterói (RJ), Boa Vista (RR), Joinville (SC), Campo Alegre (SC), Caçador (SC), Itabaiana (SE), Palmas (TO), Araguaína (TO) e os Estados da Paraíba e de Santa Catarina.

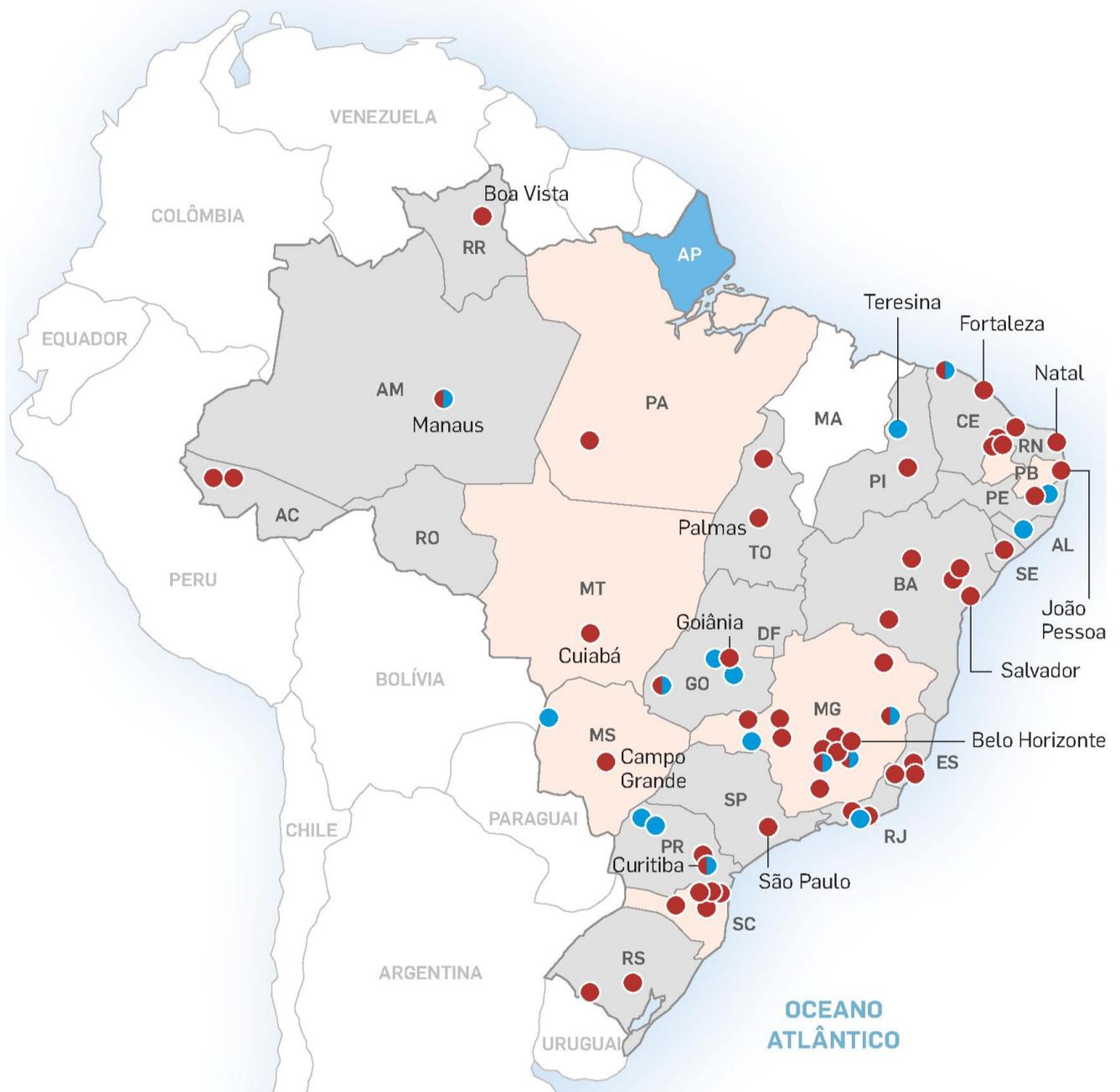
**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## VIOLAÇÕES À LEI

● Governadores e prefeitos descumprem o compromisso feito no ano passado como contrapartida para ganhar socorro financeiro

● REAJUSTE A SERVIDORES OU AOS CHEFES DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO/CRIAÇÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS A SERVIDORES

● NOMEAÇÃO/CRIAÇÃO DE CARGOS/REALIZAÇÃO DE CONCURSOS



# "Auxílio necessita de contrapartidas"



## Vinicius Neder

A gravidade da crise econômica causada pela covid-19 torna necessário que o governo federal adote alguma medida de compensação de renda, como a reedição do auxílio emergencial. Só que o cenário de piora nas perspectivas para a economia, com perda de fôlego na retomada, **inflação** mais pressionada e juros em alta, ao mesmo tempo que o rombo nas contas públicas só aumenta, exigiria ter contrapartidas em termos de contenção de gastos públicos com outros fins, disseram especialistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV), em seminário online organizado em parceria com o "Estadão".

Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre, vê um quadro de "pandemia meio fora de controle", responsável por dar "fôlego curto" para a retomada da economia verificada no segundo semestre do ano passado - o Ibre/FGV já projeta, para este início de ano, retrações do Produto Interno Bruto (**PIB**, todo o valor gerado na economia em determinado período).

Diante disso, a vacinação seria a melhor política econômica para garantir a retomada da economia, porém o ritmo de imunização está lento, afirmou a economista.

"Se não tivéssemos nova rodada de pandemia, poderíamos estar falando de revisões para cima no crescimento", afirmou Sílvia, durante o 1.º Seminário de Análise Conjuntural de 2021 do Ibre/FGV, realizado ontem.

Para descrever a gravidade do cenário atual, ela lembrou que esta é a primeira vez que a economia brasileira afundou numa crise sem ter se recuperado da anterior. Isso porque o lento crescimento econômico de 2017 a 2019 foi insuficiente para recuperar o tombo verificado na recessão de 2014 a 2016.

Além disso, para piorar, o País entrou na crise da covid-19 com o mercado de trabalho frágil, marcado pela elevada informalidade.

"A taxa de desemprego deve ficar mais em torno de 15,5% como média do ano em 2021, chegando até 16%." Por isso, para ela, seria possível o governo federal, de um lado, reeditar o auxílio emergencial para apoiar esses trabalhadores mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, sinalizar com contrapartidas em termos de corte de gastos com outros fins.

Diante desse impacto heterogêneo no mercado de trabalho, os **servidores públicos** não perderam seus empregos nem tiveram salários reduzidos, lembrou a pesquisadora.

Ou seja, o governo federal poderia ter insistido na redução de salários do funcionalismo como gatilho da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza a reedição do auxílio emergencial. A PEC foi aprovada na semana passada no Senado e, agora, será apreciada pela Câmara.

Contas. A incerteza em relação ao equilíbrio das contas públicas tem batido no mercado financeiro. Com o risco país e o dólar em alta, já há reflexos em termos de pressões inflacionárias.

Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, o ambiente econômico "está muito deteriorado" e, por isso, a taxa básica de juros (Selic, hoje em 2,0% ao ano, na mínima histórica) tem de ser ajustada para cima.

"Existe a possibilidade de uma alta (da Selic) produzir um efeito amenizador", afirmou Senna, também durante o seminário, ressaltando que, em sua avaliação, uma alta da Selic no curto prazo não teria um impacto tão ruim sobre a atividade econômica.

Além disso, o ambiente piorou nos mercados internacionais.

Segundo Senna, nas últimas semanas, as taxas dos títulos de dez anos da dívida pública dos Estados Unidos também subiram "de maneira expressiva", "chacoalhando" as cotações de ações. Tudo por causa da expectativa de alta da **inflação** na economia americana, diante do efeito do pacote fiscal de US\$ 1,9 trilhão sobre o crescimento.

Os efeitos deverão ser sentidos no mundo todo, com

elevação de juros em vários mercados, o que eleva a pressão por altas no Brasil também.

Para Senna, essa alta de juros nos títulos americanos tende a ser temporária, e não preocupa tanto. Já para Armando Castelar, coordenador da Economia Aplicada do Ibre/FGV, o quadro preocupa mais. O pesquisador chamou essa deterioração dos mercados externos como a "grande novidade recente" no cenário econômico.

Com o quadro mais difícil tanto no exterior quanto no Brasil, Castelar lembrou ainda que "pegou mal" a crise na Petrobrás - causada pela indicação, pelo governo, do general Joaquim Luna e Silva para substituir Roberto Castello Branco na presidência da petroleira, após o presidente Jair Bolsonaro criticar a política de preços de combustíveis da estatal. Segundo Castelar, a crise com a Petrobrás trouxe a ameaça de "populismo" para a política econômica.

Para o pesquisador do Ibre/FGV, existe o risco de a política monetária "entrar no radar do populismo", apesar da aprovação recente de legislação que dá autonomia formal para o BC. Nas projeções de Castelar, a Selic chegará ao fim deste ano em 5,5%, mais do dobro do nível atual de 2,0%. O ciclo de alta de juros oferece um "enorme espaço" para ruídos políticos, criados por possíveis críticas de outros membros do governo, de fora do BC.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dólar fecha na maior cotação desde maio, a R\$ 5,77

**JOÃO SORIMA NETO, IVAN MARTÍNEZ-VARGAS**

O risco político voltou ao radar dos investidores ontem e provocou mais um dia de nervosismo no mercado financeiro com a decisão do ministro Edson Fachin, do STF, que anulou a condenação do ex-presidente Lula no âmbito da Lava-Jato, recolocando-o no jogo político. Analistas temem uma nova polarização entre Bolsonaro e Lula, além de um posicionamento mais intervencionista do presidente, o que pode comprometer o ajuste fiscal e as reformas que estão no Congresso.

O resultado foi uma alta de 1,70% no dólar comercial, que encerrou a R\$ 5,77, maior patamar do ano. É a maior cotação desde 15 de maio do ano passado, quando, no agravamento da pandemia, atingiu R\$ 5,83.

Já a Bolsa caiu 3,98% aos 110.611 pontos. E a maior queda do Ibovespa desde 22 de fevereiro, quando o índice recuou 4,87% após Bolsonaro anunciar a troca do comando da Petrobras, também vista pelo mercado como intervencionista.

Para o economista Sérgio Vale, da MB Associados, confirmada a decisão de Fachin, é muito provável que Bolsonaro se torne mais intervencionista e estatizante até as eleições de 2022:

- Se a decisão se confirmar e Lula sair candidato, a polarização estará instalada entre Bolsonaro e ele. A grande dificuldade será termos um Bolsonaro mais intervencionista, para tentar entregar resultados no ano que vem. Com isso, qualquer tipo de ajuste fiscal será esquecido. Não haverá espaço para acelerar as reformas estruturais no Congresso.

## JUROS FUTUROS EM ALTA

Vale espera dois anos muito turbulentos:

- Se de fato Lula confirmar sua candidatura, a taxa de câmbio vai saltar para R\$ 6 ou até mais. Teremos desaceleração dos investimentos, e o crescimento econômico, este ano e no próximo, tende a desaparecer.

Todas as principais ações do Ibovespa tiveram baixas expressivas. Os papéis ordinários da Petrobras (ON,

com direito a voto) caíram 4,81%, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) recuaram 5,76%.

Os papéis PN do Itaú perderam 3,18%, e os PN do Bradesco, 3,55%. Já as ações ON da Vale caíram 0,54%.

Segundo Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Management no Brasil, a reação negativa do mercado esteve diretamente ligada à decisão de Fachin. Galdi avalia que essa ruptura com a Operação Lava-Jato, considerada decisiva contra a corrupção, afeta negativamente a imagem do país, já prejudicada pelas intervenções de Bolsonaro na Petrobras e no setor elétrico.

- Pega muito mal para a imagem do país no exterior. A consequência é a perda de credibilidade. Mas a Procuradoria-Geral da República deve recorrer da decisão, que foi monocrática-disse Galdi.

O Ibovespa já estava no negativo devido ao avanço do coronavírus no país. Segundo um analista de mercado, a decisão de Fachin pegou os investidores de surpresa. O que estava no radar era a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, e só em relação ao caso do triplex do Guarujá, disse o analista, que não quis ser identificado.

Os juros futuros já haviam aberto em alta, mas esta se acelerou. No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 subiu de 3,80% para 3,955%; a de 2023 foi de 5,41% para 5,72%; e a de 2025, de 6,95% para 7,31%.

## ENTREVISTA

Silvio Campos Neto. SÓCIO DA CONSULTORIA TENDÊNCIAS

## TENDÊNCIA DE TURBULÊNCIA ATÉ 2022

A economia brasileira, atingida pela pandemia e pelo avanço lento na agenda de reformas, pode ficar mais desgastada caso haja acirramento da polarização entre Lula e Bolsonaro, diz Silvio Campos Neto, sócio da consultoria Tendências.

Do ponto de vista econômico, quais são os efeitos da decisão do ministro Edson Fachin?

Há preocupação com um sucesso eleitoral do ex-presidente Lula, dado que o grupo político que o apoia tem uma visão econômica bastante heterodoxa, crítica às reformas trabalhista e da Previdência, ao teto de gastos. O segundo foco de preocupação é com a polarização, que pode dificultar o surgimento de uma terceira via, que aos olhos do mercado seria uma saída mais interessante.

Isso pode inviabilizar a aprovação de reformas como a tributária e a administrativa?

São reformas complicadas, que envolvem engajamento do governo e convencimento da sociedade. Um próximo governo Bolsonaro teria as mesmas dificuldades políticas que vemos hoje, e um eventual governo Lula teria dificuldades porque é um grupo político que tem como base de apoio, por exemplo, movimentos ligados ao funciona-

lismo público, resistentes a uma reforma administrativa. Na **reforma tributária**, há disputas entre setores da economia, entre regiões. A dificuldade maior é coordenar politicamente tudo isso.

Em um cenário de polarização com Lula, Bolsonaro pode expandir o gasto público?

Há duas possibilidades, a de ser mais populista e ter aumento de gastos no momento em que a pandemia ainda exige um suporte maior, mas também a de eventualmente tentar se diferenciar do que seria uma gestão petista.

Qual o cenário econômico para os próximos dois anos?

A tendência claramente é de turbulência. Temos ainda um ano difícil de pandemia pela frente. No ano que vem, o cenário é de preocupações eleitorais.

## ENTREVISTA

Christopher Garman, DIRETOR-EXECUTIVO DO EURASIA GROUP

### MAIOR RISCO A REFORMAS VEM DA PANDEMIA

O diretor-executivo da consultoria Eurasia Group para as Américas, Christopher Garman, não espera uma guinada populista de Bolsonaro na política econômica. Ele diz ainda que Lula pode se reaproximar do mercado.

Do ponto de vista econômico, quais são os efeitos da decisão do ministro Edson Fachin?

Para o mercado, a candidatura de Lula gera um ambiente mais polarizado, e Bolsonaro poderia dar uma guinada de política econômica em um sentido mais populista. A segunda avaliação é que há risco de Lula e o PT voltem ao poder em 2022. Essa combinação levou à queda da Bolsa e à alta do dólar. Apesar disso, não vejo o governo Bolsonaro reagindo de maneira populista, acho que o presidente deve inclusive ter gostado da decisão de Fachin porque ela acirra a polarização e reduz as chances de sucesso de uma campanha de centro nas eleições de 2022.

Isso pode afetar a aprovação das reformas tributária e administrativa?

O maior risco para essa agenda não está na possível candidatura de Lula, e sim no tamanho da crise sanitária provocada pela pandemia e na queda de popularidade de Bolsonaro.

O mercado se preocupa com aumento de gasto do governo?

A expansão do gasto social vai depender do quadro sanitário do país. O próprio ministro Paulo Guedes já abriu as portas para essa possibilidade. Não vejo aumento de gastos como fruto de crise política.

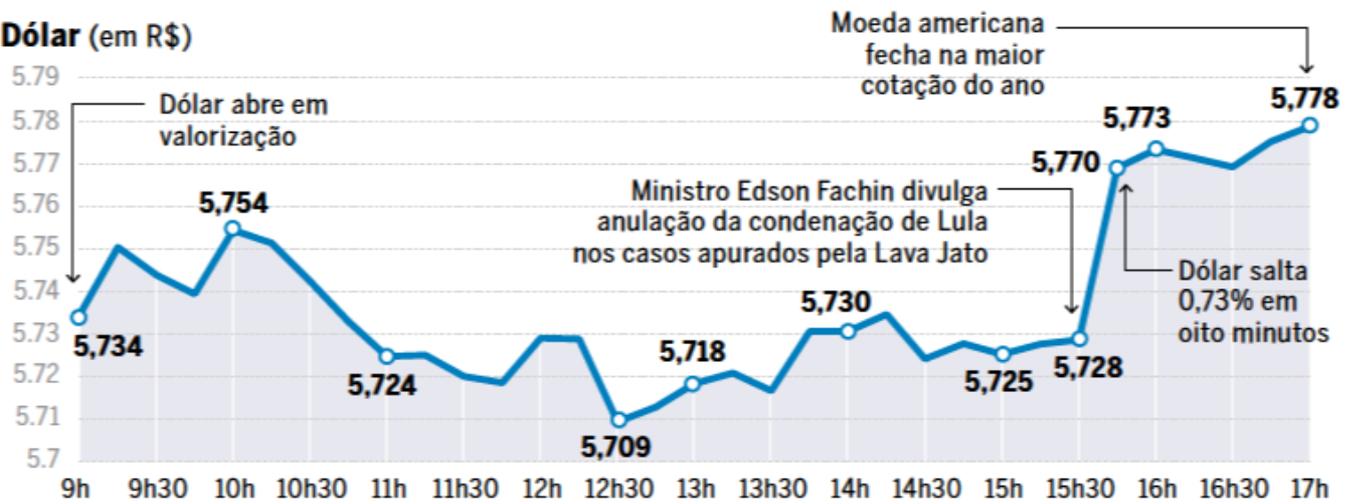
Como avalia a reação do mercado à volta de Lula ao cenário político?

A maior probabilidade da esquerda voltar ao poder é vista como um risco, mas Lula é visto como uma voz moderada dentro do PT, e era visto como um moderado na comparação com Dilma. Lula pode, sim, fazer uma guinada de aproximação com o setor financeiro e com o mercado, mas isso é lá na frente. A reação inicial dos mercados é colocar mais risco no preço dos ativos, por enquanto.

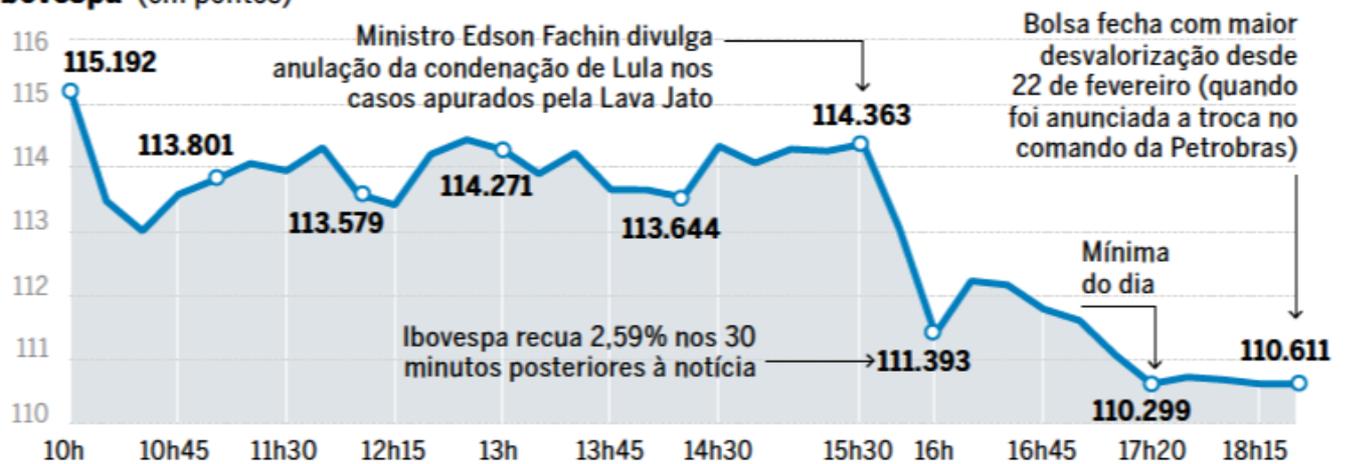
**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

## MERCADO ESTRESSADO

### Dólar (em R\$)



### Ibovespa (em pontos)



Fonte: Valor Pro

Editoria de Arte

# México e Argentina terão pior recuperação na AL

**Marsílea Gombata**

O México e a Argentina terão as piores recuperações da América Latina neste ano, com crescimento da economia compensando pouco as perdas de 2020. Diferentemente dos outros países da região, cuja alta do **PIB** terá magnitude similar à contração do ano passado, tanto a economia mexicana quanto a argentina terão expansão moderada. Segundo economistas, a crise na qual a Argentina está mergulhada desde 2018 e a falta de estímulos fiscais no México são alguns dos principais motivos.

Consultorias estimam que a região como um todo crescerá cerca de 6,8% neste ano, depois de contração de 5% em 2020. A Argentina deve crescer 6,2%, após queda de 10% no ano passado. No caso do México, a expansão por volta de 5,6% em 2021 ficará aquém do tombo de mais de 8% em 2020.

Argentina e México são também os países onde a pobreza mais avançou em 2020, segundo relatório recente da Cepal, o que tem impacto na recuperação econômica.

Em contraste com esses países, o Chile deve crescer 6,1% neste ano, depois de encolher 6,1% em 2020. A Colômbia pode crescer até 6,7%, após queda de 6,8% em 2020.

"Os casos da Argentina e do México refletem a idiossincrasia das políticas locais", afirma Alberto Ramos, economista do banco Goldman Sachs. "A Argentina continua a ter déficit de orçamento alto, **inflação** alta, e emissão monetária para cobrir o déficit, além de estar amarrada com todos os tipos de controle - de capital, preços, no comércio", diz. "Isso acaba se traduzindo em um crescimento medíocre ou abaixo de seus pares."

Os controles que o governo do presidente argentino, Alberto Fernández, vem impondo à economia tomam o cenário para o investidor difícil e deprime o ambiente de negócios, afirma Andrés Borenstein, da consultoria Ecnviews. "A Argentina tem problemas que nenhum país da região tem. E está atrasada em uma agenda de reformas, como a trabalhista, na qual o Brasil já está mais avançado."

No caso do México, Ramos diz que a falta de estímulo

fiscal para mitigar os efeitos da covid-19 e a desconfiança do setor privado em relação ao governo do presidente Andrés Manuel López Obrador explicam a recuperação lenta. "O estímulo foi bem menor do que o restante dos países latino-americanos. E também há um ambiente doméstico marcado pela desconfiança em relação ao ramo da economia com López Obrador."

Segundo o site Policy Responses do Covid-19, do Fundo Monetário Internacional (FMI), a resposta fiscal do México frente à pandemia foi de cerca de 2% do **PIB**. O pacote da Argentina foi da ordem de 6%, enquanto o do Brasil chegou a 12%. No Chile, o governo anunciou pacote de 4,5% e liberou saque parcial das contas de aposentadoria.

"O governo mexicano quase não deu apoio fiscal para a economia. Isso fez e continuará fazendo com que a demanda doméstica seja fraca", diz Edward Glossop, da Capital Economics. Ele acrescenta que é improvável que a recuperação dos EUA impulse o crescimento do México neste ano.

Isso indica que a fraqueza da recuperação do setor doméstico do México continuará a contrastar com um setor externo favorável. No ano passado, as remessas de mexicanos vivendo no exterior atingiram o recorde de US\$ 40,6 bilhões, ante US\$ 36,4 bilhões em 2019. Segundo relatório do Goldman Sachs, essa alta compensou as perdas com o turismo internacional e ajudou a levar a um superávit em conta corrente (resultado das transações de bens, serviços e rendas com o exterior) de 2,4% do **PIB** - o maior em mais de 30 anos.

O otimismo do setor externo serviu para amortecer a queda do **PIB** no ano passado, mas economistas não esperam cenário parecido neste ano. "É muito provável que, conforme a atividade se recupere nos próximos meses, as importações voltem a subir e o superávit em conta corrente diminua", afirma Joan Domene, da consultoria Oxford Economics. Ele diz que as remessas dificilmente crescerão como no ano passado, já que uma parte considerável foi via poupança desses mexicanos no exterior.

Dentre as outras economias na região, o Chile está diante de um cenário externo positivo, com alta do preço de cobre, e uma campanha de vacinação que

pode levar à reabertura antes dos outros países. Segundo o Vaccine Tracker, da Bloomberg, 21,4% da população do Chile já recebeu ao menos uma dose da vacina, bem à frente do Brasil (4%), Argentina (2,7%) e México (1,7%). As eleições gerais e da Assembléia Constituinte neste ano, no entanto, trazem incerteza que podem complicar a recuperação.

No caso da Colômbia, Ramos afirma que o nível de otimismo dependerá também da aprovação da **reforma tributária** neste mês, que deverá indicar o nível de apoio político que tem o presidente Iván Duque. "Se o governo não conseguir tocar essa agenda no Congresso, o risco de rebaixamento pelas agências de classificação de risco será grande."

No Peru, o crescimento de 8,7% no quarto trimestre de 2020 deve perder força no primeiro trimestre de 2021 diante do aumento de novos casos diários e restrições à mobilidade.

Com a lenta vacinação na maior parte da região, as restrições em outros países também devem ser mantidas nos próximos meses, o que ameaça a retomada.

#### **Inflação** será obstáculo à retomada argentina

A **inflação** na Argentina será um dos maiores obstáculos à retomada da economia e pesará nas negociações entre o governo do presidente Alberto Fernández e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As partes tentam chegar a novo acordo sobre condições para pagamento da dívida, que o governo quer empurrar para depois da eleição legislativa, em outubro.

A **inflação** encerrou 2020 em 36,1% e hoje está em 38,5%. Parte dessa alta em um ano de recessão é explicada pela monetização do déficit fiscal, ou seja, financiamento do Tesouro pelo Banco Central por meio de emissão monetária para cobrir o rombo orçamentário.

Informe da consultoria Orlando J. Ferreres Asociados mostra que, no ano passado, 90% do déficit fiscal foi financiamento com emissão monetária. O orçamento prevê que neste ano sejam 60%. Mas o FMI quer que 30% do déficit fiscal seja coberto com ajuda do Banco Central, segundo fontes.

"Baixar a **inflação** não será uma condição imposta pelo FMI. Mas estabelecer as ferramentas que o governo usará para chegar nisso, será", diz Nicolás Alonso, da Orlandoj. Ferreres Asociados.

Alonso diz que para chegar aos 30% que o FMI quer, será preciso baixar o déficit primário (que exclui

despesas com juros da dívida). Para cumprir com esse teto à emissão monetária para conter a **inflação**, o governo teria de emitir dívida ou reduzir o déficit. Como o sistema financeiro da Argentina é pequeno e o país não tem acesso ao mercado de capitais externo, a opção acaba sendo ajustar o déficit para menos de 3% neste ano, de 6,5% em 2020, diz. "O problema é que isso parece pouco provável em um ano eleitoral", afirma ao se referir às eleições legislativas.

Para este ano, o governo prevê déficit primário de 4,5% e **inflação** de 29%. Economistas estimam uma **inflação** de até 50%. "Enquanto houver controle de preços, reajuste de tarifas abaixo do que a economia cresce, o problema só será jogado para frente", diz Andrés Borenstein, da Econviews. "É um ciclo vicioso, que no futuro nos trará mais **inflação**."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

## Recuperação na AL

Variação anual do PIB. - em %

	2020*	2021**
América Latina	-6,9	5,3
Argentina	-10,0	6,2
<b>Brasil</b>	<b>-4,4</b>	<b>3,6</b>
Chile	-6,1	6,1
Colômbia	-6,8	6,7
México	-8,7	5,6
Peru	-11,1	10,2

Fonte: Oxford Economics. \*Com ajuste sazonal. \*\*Projeção

# Tendência para a economia é de turbulência até 2022, diz economista

*Ivan Martínez-Vargas*

SÃO PAULO - A economia brasileira, atingida pela pandemia e pelo avanço lento na agenda de reformas, pode ficar mais desgastada caso haja acirramento da polarização entre Lula e Bolsonaro. Essa é a avaliação de Silvio Campos Neto, sócio da consultoria Tendências, sobre a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin que anula as condenações do ex-presidente Lula .

A notícia mexeu com os mercados, levando a Bolsa a uma queda de mais de 3% e o dólar a atingir a maior cotaç do ano, de R\$ 5,77.

Do ponto de vista econômico, quais são os efeitos da decisão do ministro Edson Fachin?

Há preocupação com um sucesso eleitoral do ex-presidente Lula, dado que o grupo político que o apoia tem uma visão econômica bastante heterodoxa, crítica às reformas trabalhista e da Previdência, ao teto de gastos. O segundo foco de preocupação é com a polarização, que pode dificultar o surgimento de uma terceira via, que aos olhos do mercado seria uma saída mais interessante.

Isso pode inviabilizar a aprovação de reformas como a tributária e a administrativa?

São reformas complicadas, que envolvem engajamento do governo e convencimento da sociedade. Um próximo governo Bolsonaro teria as mesmas dificuldades políticas que vemos hoje, e um eventual governo Lula teria dificuldades porque é um grupo político que tem como base de apoio, por exemplo, movimentos ligados ao funcionalismo público, resistentes a uma reforma administrativa. Na **reforma tributária**, há disputas entre setores da economia, entre regiões. A dificuldade maior é coordenar politicamente tudo isso.

Em um cenário de polarização com Lula, Bolsonaro pode expandir o gasto público?

Há duas possibilidades, a de ser mais populista e ter aumento de gastos no momento em que a pandemia ainda exige um suporte maior, mas também a de eventualmente tentar se diferenciar do que seria uma gestão petista.

Qual o cenário econômico para os próximos dois anos?

A tendência claramente é de turbulência. Temos ainda um ano difícil de pandemia pela frente. No ano que vem, o cenário é de preocupações eleitorais.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/economia/tendencia-para-economia-de-turbulencia-ate-2022-diz-economista-24915809>

# Preço do diesel supera nível pré-greve dos caminhoneiros

**Nicola Pamplona**

Com o repasse dos mais recentes reajustes promovidos pela Petrobras em suas refinarias, o preço do diesel nos postos brasileiros já superou os patamares atingidos antes da greve dos caminhoneiros que paralisou o país em 2018.

Nesta segunda-feira (8), a estatal anunciou novo aumento, de 5,5%, que deve frustrar as expectativas de queda geradas pela isenção de **impostos** federais na semana passada. A gasolina também subirá a partir desta terça (9), 8,8%.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis), o litro de diesel era vendido na semana passada, em média, a R\$ 4,23. E o terceiro maior valor da série histórica da pesquisa de preços da agência, iniciada em 2004.

Fica atrás só dos valores das duas últimas semanas de maio de 2018, quando o diesel era vendido, em valores corrigidos pela **inflação**, a R\$ 4,26 e R\$ 4,30 por litro, respectivamente. Naquele momento, porém, os preços refletiam problemas de abastecimento provocados pela greve.

Na comparação com as semanas que antecederam a paralisação, o preço atual já é maior na primeira semana de maio de 2018, em valores corrigidos, o litro do diesel era vendido nos postos a R\$ 3,94, em média.

A escalada atual ocorre mesmo com o petróleo em níveis mais baixos do que no período da greve. No primeiro dia de junho daquele ano, a cotação do Brent chegou a tocar os US\$80 (R\$300 pela cotação da época, em torno de R\$ 3,70).

Agora, o petróleo está perto dos US\$ 70, mas o real está muito mais desvalorizado, em torno dos R\$ 5,80, pressionado pela crise fiscal e pelos erros na condução da política econômica do governo Bolsonaro em meio a um cenário de juros mais baixos.

Com petróleo em recuperação após o pior período da pandemia e dólar depreciado, a Petrobras promoveu cinco reajustes no preço do diesel apenas em 2021, com alta acumulada de 41%. O repasse às bombas já soma 16,7%, segundo a ANP.

Os dados da agência ainda não captam repasses do reajuste desta terça. Por outro lado, também não sofreram impacto da isenção de PIS/Cofins anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro há duas semanas, o que garantiria um desconto de R\$ 0,30 por litro.

A medida foi anunciada como parte de um esforço para acalmar os caminhoneiros, que já tentaram paralisar estradas neste ano, sem sucesso.

Nos primeiros dias após o início da isenção, os preços chegaram a subir na bomba, com repasses de reajustes anteriores e do aumento no preço de referência para a cobrança do ICMS. O reajuste desta terça, de R\$ 0,15 por litro, deve segurar ainda mais os cortes.

O preço da gasolina nas bombas acumula alta de 17,7% no ano. Nas refinarias, após seis reajustes em 2021, o aumento já é de 54%.

Na semana passada, o litro da gasolina era vendido nos postos, em média por R\$5,29, valor ainda bem abaixo dos recordes registrados na série histórica da ANP: em valores corrigidos pela **inflação**, o combustível chegou a custar mais de R\$ 5,60 em 2006.

A escalada do preço dos combustíveis ocorre em meio ao recrudescimento da pandemia, que deve ter impactos no mercado de trabalho e na renda dos brasileiros, e pressionam as projeções de **inflação** para o ano.

O cenário abriu uma crise entre Bolsonaro e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que foi demitido em publicação em rede social no dia 19 de fevereiro, medida que derrubou as ações da companhia por medo de intervenção do governo na política de preços da empresa.

O anúncio da substituição de Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna, que comanda Itaipu Binacional, levou a uma debandada inédita no conselho de administração da estatal.

Nos comunicados em que informa os reajustes, a Petrobras tem defendido a política de preços, dizendo que o alinhamento às cotações internacionais "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro

siga sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes ato -res responsáveis pelo atendimento às regiões brasileiras".

Brent fecha em queda após bater US\$ 70 com ataque a sauditas

Os preços do petróleo terminaram esta segunda-feira (8) em queda, devolvendo ganhos iniciais que, na esteira de um ataque a instalações petrolíferas na Arábia Saudita, levaram o Brent a superar os US\$ 70 por barril pela primeira vez desde o início da pandemia. As forças iemenitas Houthi atacaram com drones e mísseis o coração da indústria petrolífera saudita no domingo (7), incluindo uma instalação da Saudi Arameo em Ras Tanura, vital para as exportações da commodity. O Brent atingiu uma máxima de US\$ 71,38, maior nível desde 8 de janeiro de 2020, mas fechou em queda de 1,6%, a US\$68,24. Já o WTI cedeu 1,6%, para US\$ 65,05, após tocar US\$ 67,98, maior nível desde outubro de 2018.

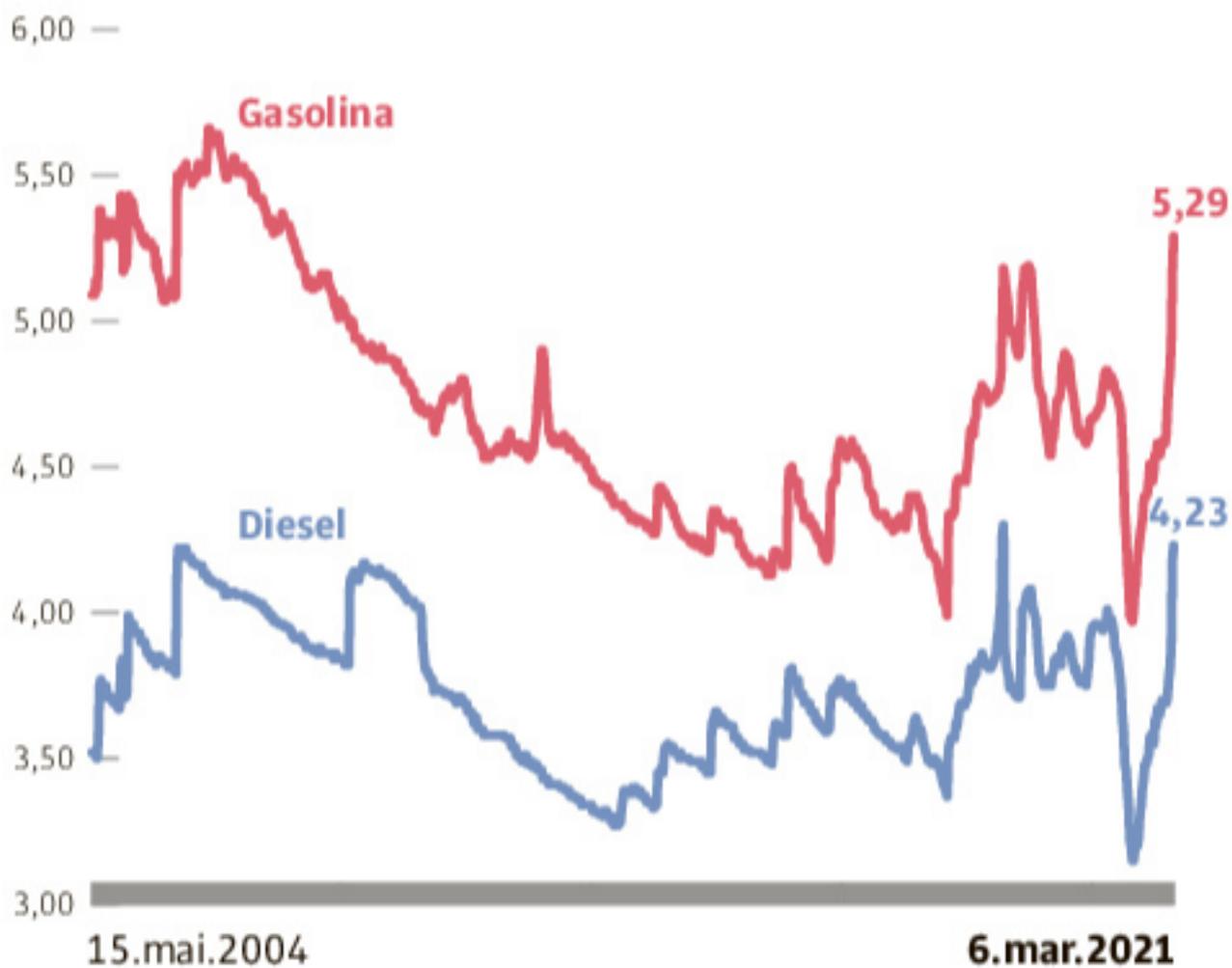
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**60**

## Evolução do preço dos combustíveis nas bombas

Em R\$ por litro\*



\*Corrigido pelo IPCA | Fonte: ANP

# Com novo reajuste, gasolina sobe 54,3% no ano

**BRUNO ROSA**

A Petrobras anunciou ontem novo reajuste nos preços dos combustíveis na refinaria. A partir de hoje, o valor médio da gasolina sobe cerca de 9%, para R\$ 2,84. É o sexto avanço no ano. Desde janeiro, o aumento chega a 54,3%. Movimento similar ocorreu no diesel, com alta de 5,5% anunciada ontem, para R\$ 2,86, acumulando alta de 41,5% ao longo de cinco reajustes desde janeiro.

Ainda não está claro qual será o impacto para o consumidor final, pois o preço cobrado nas bombas é influenciado por **impostos**, margem da Petrobras e dos revendedores. Além disso, em um cenário de crise, não se sabe se os postos terão espaço para repassar o reajuste integralmente.

## ANALISTAS VEEM DEFASAGEM

O novo aumento foi anunciado em meio à saída de Roberto Castello Branco da presidência da estatal. O executivo segue no comando até o dia 20. Em fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro criticou os reajustes em meio às pressões de caminhoneiros e nomeou o general Joaquim Silva e Luna para o comando da empresa.

A medida foi vista por especialistas como um sinal de interferência, derrubou o valor das ações da empresa na Bolsa e fez parte dos integrantes do Conselho de Administração da estatal pedir para sair.

Mas, segundo especialistas, apesar dos reajustes já anunciados, a tendência ainda é de aumento nos preços. Cristiano Costa, analista da consultoria J Global Energy, destaca que o petróleo era negociado ontem acima de US\$ 70:

- A demanda global está voltando. Os preços no Brasil ainda estão defasados.

Segundo dados da Abicom, associação que reúne as importadoras de combustíveis, a diferença dos preços continua. Segundo Sérgio Araújo, presidente da Abicom, a defasagem é de 2% (R\$ 0,05 por litro) na gasolina e de 3% (R\$ 0,10) no diesel.

De acordo com a Petrobras, "o alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para

garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido, sem riscos de desabastecimento".

Após a renúncia de quatro conselheiros indicados pelo governo, a União indicou ontem novos nomes para o conselho da estatal. Além de Joaquim Silva e Luna que já foi sugerido para o cargo de presidente da empresa e membro do conselho no lugar de Castello Branco, foram apontados

Márcio Andrade Weber e Murilo Marroquim de Souza. Os dois atuam como consultores e já tiveram passagens na petroleira. Sonia Julia Sulzbeck Villalobos, conselheira da Telefônica, já foi integrante do conselho da estatal até a chegada de Castello Branco. Com a indicação, o conselho poderá ter duas mulheres, pois já contava com Rosângela Torres, indicada pelos empregados.

O governo manteve Eduardo Bacellar como presidente do conselho e Ruy Schneider, que já tem um assento. Todos os nomes deverão ser aprovados em assembléia extraordinária ainda sem data marcada para ocorrer.

A União disse que pode realizar mais duas indicações ao conselho, em uma conta que considera a hipótese de Leonardo Antonelli não ter votos suficientes para a recondução ao cargo pelos minoritários.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

## NA MESA DE DECISÃO

O INDICADO PARA  
 PRESIDIR A EMPRESA



**Joaquim  
 Silva e Luna**

Nome de confiança de Bolsonaro, general é diretor-geral de Itaipu



7 DE SAÍDA

**Roberto  
 Castello Branco**

Presidente da estatal desde 2019, ele defende a política de preços da companhia



**Eduardo Bacellar  
 Leal Ferreira**

É o presidente do conselho eleito pelo acionista controlador. É almirante de esquadra da reserva



**Ruy Flaks  
 Schneider**

É engenheiro industrial mecânico e de produção pela PUC-RIO e oficial de reserva da Marinha



**Murilo Marroquim  
 de Souza**

Formado em Geologia, é presidente da Visla Consultoria de Petróleo. Atuou na Petrobras entre 1971 a 1994



**Márcio Andrade Weber**

Engenheiro civil, trabalhou na Petrobras por 16 anos. Foi presidente da BOS navegação e diretor da Petroserv. Atualmente presta assessoria ao grupo PMI



**Sonia Julia Sulzbeck  
 Villalobos**

Bacharel em Administração Pública, é membro do Conselho de Administração da Telefônica e da LATAM



**UMA VAGA  
 EM ABERTO**

Indicado pelo acionista controlador



**Rosangela  
 Buzanelli Torres**

Foi eleita conselheira em primeiro turno na eleição realizada pelos empregados



**Marcelo Mesquita de  
 Siqueira Filho**

É sócio fundador da Leblon Equities, gestora de recursos focada em ações brasileiras



**Rodrigo de  
 Mesquita Pereira**

É bacharel em Direito e pós-graduado em gestão empresarial pela FGV



**Leonardo Pietro  
 Antonelli\***

É advogado, sócio-fundador do escritório Antonelli Advogados e mestre em Direito Econômico pela UCAM

\*Pediu para não ser reconduzido pela União. Para continuar como conselheiro, precisará ser indicado novamente pelos acionistas minoritários. Porém, a União também poderá indicar um nome caso Antonelli não obtenha os votos necessários na Assembleia pelo sistema de voto múltiplo.

# Pacote de Biden busca também combater a desigualdade nos EUA

*James Politi*

O pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhão de Joe Biden, que eleve receber hoje o sinal verde final do Congresso, tem como principal objetivo acelerar a recuperação dos EUA após a pandemia da covid-19. Mas também tem um objetivo secundário: tornar a maior economia do mundo mais equitativa.

Apesar das mudanças sofridas no Senado terem limitado benefícios defendidos pela ala esquerdista do partido, líderes democratas acreditam que o pacote será aprovado sem dificuldades na Câmara dos Deputados, onde têm uma estreita maioria.

O pacote prevê uma gigantesca nova injeção de gastos públicos dos EUA, com transferências diretas em grande escala para famílias de baixa e média renda e marca a primeira tentativa da Casa Branca de reduzir a pobreza e a desigualdade - problemas que foram intensificados pela pandemia.

Os esforços para criar não apenas uma economia mais forte, mas também mais equilibrada, estão no cerne da agenda de Biden desde sua campanha em 2020, quando criticou a desigual "recuperação em K" (na qual segmentos da economia se recuperam em ritmos diferentes), que se desenrolava sob o governo de Donald Trump.

Mesmo antes disso, desde a crise financeira global, enfrentar a disparidade econômica era uma meta não cumprida de políticos democratas e economistas de esquerda.

"Este pacote é idealizado para enfrentar os problemas no aqui e agora, para que, enquanto avançamos rumo à recuperação, não tenhamos uma disparidade tão contrastante", disse Heather Boushey, integrante do conselho de assessores econômicos da Casa Branca. "À medida que a pandemia foi avançando em nossa economia e nossa sociedade, muitos no topo ficaram bem [...] já para aquelas pessoas na base, o que se vê são necessidades e problemas intensos reais."

As principais provisões do pacote são voltadas a dar auxílio imediato de amplos segmentos da sociedade americana de renda mais baixa, para que absorvam o choque da crise. A ajuda para empresas e mercados é mais limitada.

Os pagamentos diretos de US\$ 1,4 mil por pessoa estão disponíveis para os americanos que ganham menos de US\$ 75 mil por ano. Nenhum dinheiro irá para o segmento do 1 % mais rico.

Um aumento na dedução tributária por filho deverá reduzir em 50% o número de crianças na pobreza. Um complemento emergencial de US\$ 300 por semana ao seguro-desemprego será prorrogado até setembro. Um financiamento adicional para a reabertura de escolas e a aplicação de vacinas deverá ser especialmente benéfico para bairros de baixa renda. Até o senador esquerdista Bernie Sanders, que disputou com Biden a indicação presidencial democrata em 2020, comemorou o pacote.

"[Este] é o projeto de lei mais significativo a beneficiar famílias trabalhadoras na história moderna deste país", disse Sanders, após votar a favor do pacote no sábado. "O povo americano está sofrendo, e este plano avança muito no enfrentamento às múltiplas crises com as quais nos deparamos."

Mas o impacto do pacote de estímulos de Biden será temporário, já que seus principais pontos se extinguem gradualmente ao longo do ano e em 2022. Por isso, parlamentares e economistas dizem que será preciso muito mais para realmente tomar a economia dos EUA menos desigual.

Durante sua campanha, Biden prometeu uma série de passos para reduzir a desigualdade econômica, incluindo elevar os **impostos** sobre as empresas e os mais ricos. Mas não está claro até que ponto a Casa Branca levará isso adiante em seu próximo pacote, que deverá ter foco nos investimentos em infraestrutura. A plataforma de campanha de Biden também prometia investimentos em massa em educação e creches, assim como em comunidades de baixa renda, cujo propósito também é reduzir a desigualdade estrutural, incluindo a disparidade racial.

"[O pacote de estímulo] consiste, em grande medida, em garantir que não acabaremos tendo maior desigualdade em razão da covid", disse Claudia Sahm, que foi economista do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). "Precisamos voltar para fevereiro de 2020 e, então, poderemos avançar. E, você sabe, construir pontes para um lugar melhor, com menos

desigualdade, uma rede de segurança [social] mais sólida e mais oportunidades para todos os americanos, particularmente as crianças. Esse é o próximo pacote", disse.

Embora as pesquisas indiquem que o plano de estímulo de Biden é popular, os republicanos descartam qualquer sugestão de que possa ter algum impacto positivo.

"O Senado nunca gastou US\$ 2 trilhões de forma tão aleatória e pouco rigorosa", disse o líder da minoria republicana, Mitch McConnell, no sábado, considerando o pacote uma "colossal oportunidade perdida" para o país.

Outros economistas levantam preocupações de que o pacote de Biden seja demasiado grande a esta altura no ciclo econômico e que possa alimentar uma alta desnecessária na inflação.

"Parece que estamos gastando todo esse dinheiro no momento errado, agora. Já estamos em fase de recuperação", disse Price Fishback, da Universidade do Arizona. "O que os democratas estão tentando fazer é igualar o sistema de bem-estar social da Europa", disse.

Mas, na Casa Branca, há poucas dúvidas de que o impulso do governo à economia precisa ser grande - e que será em vão se os benefícios não forem compartilhados de forma abrangente.

"Aprendemos muitos nos últimos dez anos - da Grande Recessão - e uma das lições é que se não cortarmos essas recessões pela raiz e nos empenharmos em fazer o que precisa ser feito, as cicatrizes permanecem por alguns meses ou até por toda a vida", disse Boushey. "Quando a pandemia chegou, vimos como a desigualdade cria fragilidades por toda nossa sociedade e por toda nossa economia. E isso deixa a todos mais vulneráveis".

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Governo Bolsonaro "falhou miseravelmente" com vacinas, diz fundo Verde

**Júlia Moura - são paulo**

Em sua carta a cotistas referente ao mês de fevereiro, o fundo Verde, gerido por Luis Stuhlberger, critica a gestão do governo Jair Bolsonaro quanto à aquisição de vacinas contra a Covid-19.

"O governo falhou miseravelmente em adquirir as vacinas da Pfizer, da Moderna, da Johnson Johnson, e só agora, no auge da segunda onda, está buscando fechar as compras. Tal atraso em proteger a população aparece a olhos vistos e tem consequências óbvias tanto em termos de vidas quanto em termos econômicos", diz a carta do Verde.

Como a Folha mostrou no domingo (7), o governo brasileiro rejeitou no ano passado proposta da farmacêutica Pfizer que previa 70 milhões de doses de vacinas até dezembro deste ano. Do total, 3 milhões estavam previstos até fevereiro, o equivalente a cerca de 20% das doses já distribuídas no país até agora.

"É inacreditavelmente mais barato comprar vacinas do que fazer mais gastos fiscais -que vem com endividamento, mais inflação, juros mais altos, etc" prossegue o documento.

Segundo a carta, o fundo aumentou as posições em ativos de proteção, especialmente no câmbio. "A situação está mais complicada." O dólar fechou esta segunda-feira (8) cotado a R\$ 5,777.

De acordo com o fundo, a desvalorização do real é "a métrica mais óbvia das consequências, em termos de empobrecimento do país", do atraso na vacinação, do aumento do risco fiscal e de aglomerações.

"Os outros ativos brasileiros também sentem os efeitos do aumento do prêmio de risco. Além disso, o ambiente global passou a combinar retomada cíclica com aumento das taxas longas de juros." Nesta segunda-feira, o risco-país medido pelo CDS de cinco anos estava em 215,25 pontos, maior patamar desde novembro de 2020.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias dos países, especialmente emergentes.

Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores

temem o futuro financeiro do país; se ele cai, o recado é o inverso.

Com a piora no número nos casos de coronavírus e medidas mais restritivas de distanciamento, o governo irá promover uma nova rodada de auxílio emergencial.

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta segunda-feira que as parcelas do benefício irão variar de R\$ 175 a R\$ 375, com média de R\$ 250.

Bolsonaro já havia dito que a previsão era pagar R\$ 250 durante quatro meses a partir de março. No ano passado, quando o benefício teve início, o governo pagou cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300.

O Senado aprovou na semana passada a PEC Emergencial, que estabelece um teto de R\$ 44 bilhões para o pagamento do benefício. Uma contrapartida para o novo gasto, porém, não foi definida.

"O Congresso Nacional parece acreditar que pode expandir o gasto sem limites num país de dívida/**PIB** de 90%. As discussões recentes sobre novo auxílio emergencial e abertura de espaços no teto para Bolsa Família representam um potencial tiro mortal no arcabouço fiscal brasileiro, que trouxe inúmeros benefícios, especialmente ao possibilitar que o país tenha uma taxa de juro mais civilizada", afirma o Verde.

A Câmara dos Deputados deve votar a PEC Emergencial nesta semana, em dois turnos.

Na discussão da PEC, investidores temiam que o Bolsa Família fosse retirado do teto de gastos pelo projeto, o que não aconteceu, representando um alívio fiscal ao mercado.

Em fevereiro, o fundo teve perda de 0,24%, que atribuiu a perdas em ações brasileiras e em aplicações em juro real em fevereiro. Os ganhos vieram de aplicações em taxas de juros de longo prazo na Europa e nos Estados Unidos, de ações internacionais e do dólar.

Em janeiro e fevereiro, o fundo acumulou ganho de 0,43%.

O Verde é um dos maiores e mais longevos fundos

multimercado no Brasil. Ele combina ações brasileiras e internacionais, renda fixa e moedas. Desde 1997, acumula um ganho de 18.681,83%.

"Escolhas têm consequências. Essa máxima simples, mas tão ignorada em nosso país, explica bem os acontecimentos recentes no Brasil e seus impactos nos mercados", diz o relatório de gestão do mês passado.

- "O governo falhou miseravelmente em adquirir as vacinas da Pfizer, da Moderna, da Johnson Johnson, e só agora, no auge da segunda onda, está buscando fechar as compras. Tal atraso em proteger a população aparece a olhos vistos e tem consequências óbvias tanto em termos de vidas quanto em termos econômicos" Fundo Verde em carta a cotistas

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**60**

# Expectativa para a inflação de 2021 se aproxima de 4% com real mais desvalorizado

A expectativa do mercado para a **inflação** neste ano se aproximou de 4% em meio a um real mais desvalorizado, ao mesmo tempo que a projeção subiu para a taxa básica de juros em 2022 na pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (8) pelo Banco Central.

O levantamento semanal apontou que a expectativa para a alta do IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) neste ano subiu pela nona semana seguida e chegou a 3,98%, de 3,87% na semana anterior. Assim, permanece acima do centro da meta oficial, que é de 3,75%.

Rara 2022, a conta para a **inflação** permanece em 3,50%, exatamente o objetivo. Para ambos os anos a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Em relação ao câmbio, os especialistas consultados passaram a ver o dólar a R\$ 5,15 ao final de 2021, ante R\$ 5,10 antes. Para o ano que vem a taxa subiu de R\$ 5,03 para R\$ 5,13. O dólar fechou esta segunda (8) cotado a R\$ 5,777.

O cenário para a taxa básica de juros permaneceu em 4% ao fim deste ano, mas, para 2022, a Selic passou a ser estimada em 5,50%, ante 5% no levantamento anterior.

Na semana que vem, o Copom (Comitê de Política Monetária) se reúne para definir os juros. A estimativa é que a Selic, hoje em 2%, seja elevada.

Para o **PIB** (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento neste ano caiu 0,03 ponto percentual, para 3,26%, e 0,02 ponto para 2022, a 2,48%.

- 3,97% é a expectativa para o IPCA em 2021

- R\$5,15 é a estimativa para o dólar ao fim do ano

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

60

# Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados

**Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado - Brasília**

Uma brecha na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial pode tornar sem efeito o trecho que prevê cortes de benefícios tributários, deixando intocados os incentivos existentes hoje na legislação.

Aprovada na última semana pelo Senado, a medida deve ser posta em votação na Câmara até esta quarta-feira (10), segundo cronograma do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O texto determina que o presidente da República encaminhe ao Congresso, em até seis meses após a promulgação da PEC, um plano agressivo de redução de benefícios tributários.

A única obrigação do governo, porém, é que a proposta seja elaborada e entregue ao Legislativo. Não há determinação de que esses benefícios sejam de fato cortados.

O dispositivo também não traz nenhuma sanção caso o plano não seja aprovado pelos deputados e senadores ou as reduções de incentivos não se concretizem.

A proposta original apresentada pelo governo em "2019 definia que, a partir de 2026, a criação e a renovação de incentivos fiscais ficariam proibidas caso o total de gastos tributários estivesse acima de 2% do **PIB**.

O texto aprovado pelo Senado alterou essa regra. Ele determina que o presidente envie propostas que tenham o objetivo de reduzir os benefícios tributários federais em 10% ao ano, de modo que o montante dessa conta não ultrapasse 2% do PIB no prazo de oito anos.

"A obrigação imposta pela PEC se esgota com o envio ao Congresso do plano de redução de renúncias, atendidas as metas especificadas. A efetiva redução das renúncias depende da aprovação das medidas propostas, ou de outras no mesmo sentido, o que dependerá, naturalmente, de juízo político", disse o consultor de Orçamentos do Senado Vinícius Amaral Responsável pela elaboração da medida, o relator da

proposta, senador Márcio Bittar (MD B-AC), não respondeu aos contatos da reportagem. O Ministério da Economia também não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

Os parâmetros estabelecidos na PEC são considerados duros. Para efetivar os cortes propostos, o governo teria de reduzir à metade os incentivos existentes hoje, que estão pouco acima de 4% do **PIB**.

O problema, segundo técnicos, é que a PEC traz exceções que correspondem a aproximadamente 2% do **PIB**. Seriam poupados o Simples Nacional, entidades sem fins lucrativos, incentivos a produtores de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a Zona Franca de Manaus, itens da cesta básica e bolsas de estudo.

Portanto, para conseguir reduzir essa conta ao limite de 2% do **PIB**, o governo teria que cortar a outra metade dos benefícios. Nessa lista estão, por exemplo, as isenções e deduções do Imposto de Renda, incentivos a medicamentos, isenção tributária da poupança e benefícios ao setor de informática.

"Dadas as renúncias já excluídas do plano, é muito provável que o governo irá propor redução ou eliminação de benefícios como isenções e deduções do IR, como as de despesas com saúde e educação. Essas serão certamente medidas impopulares, cuja aprovação se torna mais improvável à medida que se aproximem as eleições", disse o consultor.

Amaral ainda aponta que a atual redação da PEC, que será analisada pela Câmara nesta semana, exclui dos cortes a isenção de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos. Isso porque a **Receita Federal** não considera esse benefício em seu demonstrativo de gastos tributários.

A PEC Emergencial foi negociada pelo governo como uma espécie de contrapartida à nova rodada do auxílio emergencial. O texto libera a assistência e traz medidas de ajuste fiscal que poderão ser adotadas no futuro, especialmente corte de gastos com a folha de salário dos servidores.

Na Câmara, deputados tentam excluir dos efeitos de ajuste policiais e outros profissionais da área.

Nesta segunda (8), o presidente Jair Bolsonaro disse

que a bancada da segurança pública, com cerca de 50 parlamentares, quer mudanças no texto da proposta. O presidente disse que conversou com o relator do texto e que há risco de a PEC não ser aprovada se artigos do texto não fossem alterados.

O deputado Capitão Augusto (PL-SP), da frente parlamentar de segurança pública, apresentou emenda aditiva para retirar polícias federais, civis, militares, bombeiros e agentes penais de todos os entes federados das medidas de ajuste fiscal previstas na PEC, como proibição de aumento ou realização de concurso público por estados e municípios endividados.

Na avaliação do parlamentar, a emenda só anda se conseguir apoio de Bolsonaro.

A tentativa conta com respaldo de bolsonaristas ligados à segurança pública, como o líder do PSL na Câmara, Vitor Hugo (GO). No entanto, a avaliação de líderes partidários é que qualquer precedente pode abrir caminho para uma desidratação grande do texto.

Um líder de partido do centro afirma que, se excluir policiais dos efeitos da PEC, outras categorias farão pressão para saírem, como profissionais de saúde e professores, por exemplo. A articulação que está ocorrendo na Câmara é no sentido de manter acordo sobre o texto que saiu do Senado, sem qualquer modificação que possa atrasar a tramitação da proposta.

Na sexta (5), o relator do texto, Daniel Freitas (PSL-SC), sinalizou que não faria alterações na proposição para evitar que a votação se alongue e comprometa o pagamento do auxílio ainda em março.

O governo e a equipe econômica escaparam com relativo sucesso das pressões para retirar dos gatilhos as remunerações de policiais, de profissionais de segurança, defensores públicos, entre outras categorias.

Por outro lado, outros setores da administração conseguiram uma espécie de blindagem, garantindo a possibilidade de que receitas sejam vinculadas a suas áreas, como as Forças Armadas e suas atividades de "interesse à defesa nacional". Fundos ligados à Polícia Federal também receberam o mesmo tratamento.

Gastos tributários do governo federal

\*

Simples Nacional R\$ 87,2 bilhões

Rendimentos isentos do IR R\$ 32,1 bilhões

Agricultura e agroindústria R\$ 30,2 bilhões

Zona Franca de Manaus e áreas de livre-comércio R\$ 24,7 bilhões

Entidades sem fins lucrativos R\$ 24,3 bilhões

Deduções do IR R\$ 20,1 bilhões

Benefícios do trabalhador R\$ 12,5 bilhões

Desoneração da folha de salários R\$ 9,6 bilhões

Medicamentos e equipamentos médicos R\$ 9,4 bilhões

\*

Valor nominal em 2019

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49460>**

## Dólar alto, expectativas baixas (3)

Pandemia solta, vacinação lenta, hospitais lotados, **inflação** pressionada, juros em alta no mercado americano, incerteza sobre os juros no Brasil, insegurança fiscal: há um vasto cardápio de motivos para explicar os temores do mercado. Denunciar a falta de rumo já se tornou lugar comum, entre economistas de renome, nas avaliações do governo federal. Nesse ambiente de muita névoa e muita dúvida, a semana começou com o dólar disparando nas primeiras negociações de ontem. A cotação cedeu com as vendas de exportadores, mas no meio da tarde estava acima de R\$ 5,72, nível 11% superior ao do início do ano. Parece estranho, além de assustador, um dólar tão caro num país com superávit comercial, contas externas em ordem e robusto volume de reservas.

Algo muito anormal deve estar ocorrendo.

A estranheza desaparece quando se vê o presidente da República demitir o presidente da maior estatal brasileira, uma grande empresa de petróleo, para dar satisfação a seus amigos caminhoneiros. Tudo parece mais claro - e até mais assustador - quando esse presidente se refere a seu indicado para a vaga como alguém disposto a atender às suas preferências.

"Agora o general vai chegar na Petrobrás e fazer o trabalho que eu gostaria que fizesse, que o outro não fazia", disse ele em seu pronunciamento semanal.

Assim se trata uma grande empresa de capital aberto e com ações negociadas no exterior?

Sim, se a decisão depender do capitão Bolsonaro.

O dólar instável e muito mais caro do que seria, se houvesse no Brasil um governo central de padrões normais, tem sido, desde o ano passado, um importante combustível para a **inflação**. Mas esse governo, ou, mais propriamente, **desgoverno**, é um permanente fator de insegurança. Há motivos muito sérios para se restabelecer o auxílio emergencial, especialmente num quadro de alto desemprego, agravamento da pandemia e preços já muito altos para as famílias pobres. Mas ninguém pode dizer com alguma segurança como se arrumarão as contas públicas neste ano e no próximo.

A insegurança quanto a essas contas tende a dificultar o financiamento do Tesouro. Será inútil o Banco Central (BC) insistir em juros básicos de 2% ao ano se faltar, no mercado, confiança em relação ao controle

das finanças federais. Se o pessimismo aumentar, a rolagem da dívida pública ficará mais difícil e mais cara, com perdas para o governo e para o setor privado.

A essas preocupações é preciso adicionar o temor da **inflação**.

No mês passado, o Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) subiu 2,71%, pouco menos que em janeiro (2,91%), mas a taxa ainda foi muito elevada. O indicador aumentou 5,69% no bimestre e 29,95% em 12 meses.

Em fevereiro do ano passado, a variação mensal havia sido de 0,01%, com 6,40% de alta acumulada em 12 meses.

O Índice de Preços por Atacado, principal componente do IGP, subiu 3,40% em fevereiro e 41,77% em 12 meses. Perdeu um pouco de impulso, mas permanece ameaçador. Em sentido contrário, o Índice de Preços ao Consumidor aumentou 0,54% em fevereiro, o dobro da taxa de janeiro (0,27%), e acumulou variação de 5,41% em 13 meses. As sérias dificuldades da maior parte das famílias têm claramente impedido um repasse maior de aumentos do atacado ao varejo.

Alimentos e matérias-primas têm ficado mais caros fora e dentro do País. O dólar tem ampliado a alta dos preços no mercado interno, prejudicando as famílias e dificultando a recuperação da economia.

Como resultado de todo esse desarranjo, pioram as expectativas, como indica a pesquisa Focus, conduzida pelo BC. A **inflação** projetada para o ano subiu pela nona semana consecutiva e atingiu 3,98%, número bem superior ao centro da meta (3,75%) fixada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em quatro semanas o crescimento estimado para o Produto Interno Bruto (**PIB**) caiu de 3,47% para 3,26%. A insegurança cresce, as expectativas pioram e o presidente ofende quem chora os mortos, tenta evitar o coronavírus e cobra alguma coordenação do poder federal. Para piorar o quadro ressurgiu o abantesma petista.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo precisa acelerar a compra de outras vacinas imediatamente (3)

***E inacreditável, mas o número de doses prometido para março será ainda menor do que o anunciado***

Enquanto os sistemas de saúde implodem, sobrecarregados pela fúria do Sars-CoV-2 e de suas variantes, a vacinação não anda. Embora haja problemas logísticos, o grande obstáculo é a falta de vacinas. Apenas 4% dos brasileiros foram imunizados. Mantido o ritmo atual, nem daqui a um ano o país alcançará o patamar desejável. A situação é tão crítica que, em vez de o estoque aumentar, diminuiu. Para março, esperavam-se 46 milhões de doses, mas o governo avisou que só haverá 30 milhões. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, não consegue honrar o cronograma que ele próprio anunciou. Entre os motivos, estão atrasos na chegada de insumos da China e de doses compradas na Índia.

Os Estados Unidos estão vacinando 2 milhões por dia. Em quatro dias, imunizaram o mesmo que o Brasil em um mês e meio. Se houvesse vacinas suficientes, teríamos capacidade para imunizar pelo menos 1 milhão por dia. Quando se cobra de Bolsonaro uma solução, ele responde com grosserias: "Tem idiota que a gente vê nas mídias sociais, na imprensa, Vai comprar vacina". Só se for na casa da tua mãe (sic). Não tem para vender no mundo".

Não é bem assim. Só agora, quando corpos se empilham, o governo corre atrás das vacinas de Pfizer, Janssen, Moderna ou Sputnik. Ontem, anunciou 14 milhões de doses da Pfizer até junho. Todas sempre estiveram no radar e foram descartadas. O governo alegou que os contratos eram desfavoráveis e que as farmacêuticas não se responsabilizavam por efeitos adversos. Bolsonaro dizia que vacinados poderiam "virar jacaré". Foi preciso o Congresso entrar no circuito para desatar os nós.

O Brasil ficou desabastecido porque o governo não encomendou doses a tempo. Por omissão, viu-se refém de uma única opção-a produção, na Fio-cruz, da vacina da AstraZeneca. Não contou com contratemplos. Só ontem a Fiocruz anunciou que começaria a fabricação antes prevista para janeiro.

Bolsonaro mandou uma comitiva a Israel para ver um spray nasal contra a Covid-19 em fase inicial de testes. O chanceler Ernesto Araújo e a comitiva fizeram um papelão: foram obrigados pelas leis locais

a usar máscara, que aqui desprezam. Deveriam era ter se inspirado em Israel, cuja campanha é exemplar, para garantir vacinas suficientes a tempo. Não fosse a CoronaVac, achincalhada por Bolsonaro, teríamos só um quarto dos vacinados até agora.

Diante da hesitação do Ministério da Saúde, governadores e prefeitos formam consórcios para comprar vacinas, com aval do Congresso e do Supremo. Não deixa de ser uma saída. Mas a iniciativa louvável não exime o governo federal de sua responsabilidade.

Hoje estamos à mercê do vírus. Os mortos passam de 266 mil. Doentes morrem à espera de UTIs. Bolsonaro fala em preservar a economia, mas nunca fez nada para salvá-la. Sabotou as medidas de restrição e as vacinas. O país afunda, o **PIB** despenca, o desemprego explode, a renda evapora. Até quando? Chega de "mimimi" de "conversinha". O Ministério da Saúde precisa fechar acordos para garantir vacinas a todos os brasileiros. E já.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Os riscos reais de um capitalismo antissocial - PEDRO CAFARDO

**PEDRO CAFARDO**

Vai aí um teste para quem gosta de economia. Nos cinco parágrafos abaixo estão, entre aspas, declarações de um grande economista brasileiro. Tente descobrir quem é, mas sem olhar para baixo no texto, onde aparece o nome dele.

"**Inflação** é modificar a distribuição de renda. A gente pensa que é modificar os preços. Pode-se ter **inflação** com os preços estáveis e a renda se modifica. Numa economia de mercado, os preços estão se modificando a todo o instante. Mas se alguém tem a possibilidade de comandar essa modificação de preços a seu favor já criou a pressão inflacionária. Se outros agentes aceitam a perda de renda de braços cruzados, a economia absorveu. Se resistem com pressão sindical ou mecanismos de correção monetária, o negócio vai adiante." "Atualmente, na economia brasileira, a iniciativa de investimento está na mão de grupos privados e essencialmente estrangeiros. Os investimentos de vanguarda, que representam a introdução de produtos novos, os mais rentáveis, aqueles que colocam a economia brasileira em dia com as economias em expansão lá fora, estão todos na mão de grandes grupos privados. Estes, se buscam os seus próprios interesses, terão que insistir nesse modelo. É muito melhor para uma empresa que está lançando um produto novo em 30 ou 50 países introduzir seus "blue prints" imediatamente no Brasil do que consultar as necessidades reais da população brasileira. Isso é óbvio e qualquer industrial estaria totalmente de acordo comigo, porque isso reduz seus custos. Num plano puramente abstrato, o problema teria solução desde que houvesse uma vontade política no Brasil para provocar uma reciclagem progressiva do sistema de produção e uma certa disciplina nos padrões de consumo."

"Não se pode imaginar uma sociedade realmente aberta, no quadro de um "laissez-faire" econômico [no Brasil] hoje em dia porque a renda irá se concentrar muito mais e as tensões sociais vão renascer, por um lado, e as pressões inflacionárias, por outro. Ou seja, o verdadeiro debate está em tomo do modelo econômico. Se não houver um modelo econômico visível, tanto nas fases de conjuntura favorável como nas desfavoráveis, os antagonismos sociais tendem a agudizar-se numa sociedade aberta e o sistema entra numa espécie de desgaste em que o consenso político

é praticamente impossível. O que é fundamental no sistema econômico brasileiro é que ele, pelo fato de estar submetido a uma lógica que corresponde ao nível de acumulação alcançado por países muito mais ricos, tende a ser antissocial. A principal crítica que se faz ao capitalismo no Brasil é fundamentalmente essa: ele é muito mais antissocial do que o capitalismo tem sido em outros países."

"Eu conheço sistemas capitalistas muito diferentes. Chego do Japão agora, por exemplo, onde o diferencial de salários é mínimo. Não existe o supérfluo como estímulo e nenhum sistema é internacionalmente mais competitivo que o deles, os japoneses. Há também o sistema sueco, para citar um muito distante do nosso, porque tem um grau de acumulação muito grande, um grau de avanço político muito grande, que não está baseado no supérfluo para criar estímulos."

"Não acredito que as forças sociais criem alguma coisa por geração espontânea. A sociedade dos homens é em grande parte feita pelas idéias de indivíduos ou pelos intérpretes que ela consegue em determinado momento. Eu nunca diria, por exemplo, que foi indiferente aos Estados Unidos ter ou não ter um tipo como Jefferson. Por outro lado, não se explica a industrialização precoce dos Estados Unidos sem Hamilton [1755-1804], Quando se lê hoje em dia o que ele escrevia já naquela época e como ele conseguiu se libertar do pensamento liberal tal qual existia na Inglaterra, mesmo sendo discípulo de Adam Smith, chega-se à conclusão de que realmente essas coisas pesam. Não foi totalmente indiferente a Esparta e Atenas que a primeira tivesse um Licurgo, e a segunda, um Sólon."

Se você chegou até aqui e costuma ler sobre economia, provavelmente já adivinhou: as declarações são de Celso Furtado, grande economista e intelectual brasileiro do século XX, morto em novembro de 2004. Os trechos não estão em livros de Furtado-o mais famoso deles é "Formação Econômica do Brasil". São de uma histórica entrevista que ele concedeu à "Folha de S. Paulo", em agosto de 1976, da qual este jornalista teve a sorte de participar, junto com Luiz Carlos Bresser-Pereira e Eduardo Suplicy.

O curioso é que, passados 45 anos, declarações feitas durante a ditadura militar possam parecer atuais. No

caso da **inflação**, ocorre hoje uma intensa modificação de preços e, claramente, com aumentos de até três dígitos, alguns setores têm conseguido usara pandemia para comandar essa modificação a seu favor.

Há 45 anos, na opinião de Furtado, a principal crítica que se fazia ao capitalismo no Brasil era sobre sua característica antissocial, muito maior que em outros países. Nada muito diferente de hoje. O diferencial de salários continua sendo bem menor em economias capitalistas como Japão, Alemanha, Suécia e muitas outras.

A adoção de uma política econômica radicalmente liberal promove ainda maior concentração de renda. Isso pode fazer crescer tensões sociais e pressões inflacionárias que tornem o consenso político impossível. Ao mesmo tempo, há escassez e descrédito de lideranças, tanto na política quanto na economia, o que trava os avanços porque, acreditava Furtado, as forças sociais não criam nada por "geração espontânea".

Celso Furtado foi diretor do BNDES, na época BNDE, criou a Sudene a pedido de Juscelino Kubitschek e foi o primeiro ministro do Planejamento do país, em 1962.0 BNDES está sendo desmontado desde 2016 e sofreu recente ataque que lhe tiraria mais recursos por meio de um "jabuti" incluído na PEC Emergencial. A Sudene, extinta no governo Fernando Henrique e recriada no governo Lula, murchou. O Ministério do Planejamento não existe mais. Em plena pandemia que provoca a maior crise econômica em um século, o capitalismo antissocial, que já reformou as leis trabalhistas e da Previdência, tem uma larga avenida pela frente. E avança sob risco de acirrar tensões sociais e ameaçar a democracia.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico

E-mail: [peclro.cafardo@valor.com.br](mailto:peclro.cafardo@valor.com.br)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

# Mitigar impacto econômico sem controlar pandemia não resolve, dizem economistas



Paula Magalhães (com Natalie Victal, na tela menor): "Não estamos no mesmo lugar do ano passado"

**Ana Conceição e Anais Fernandes**

Adotar novas medidas para combater o impacto da covid-19 na atividade não será suficiente para salvar a economia, que agora parte de uma situação pior que a do ano passado, se o problema de origem não for resolvido, afirmou ontem a economista Natalie Victal, da Garde Asset, durante Live do Valor. "Essa crise é extraordinária porque foi provocada por algo fora da economia. É uma crise sanitária, humanitária. Mitigar só o impacto econômico não resolve. É fundamental controlar a causa da crise. Temos de controlar o vírus." Medidas tomadas em 2020 - auxílio emergencial, programas de manutenção do emprego, reforço ao crédito - ajudaram a amenizar a queda do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas falhas no combate à pandemia fazem os problemas retornarem agora, com o agravante de o país estar mais endividado, com **inflação** alta e diante de uma conjuntura internacional desafiadora, apontou Natalie.

"Não estamos no mesmo lugar do ano passado, estamos em um lugar pior, com sincronização de contaminação entre interior e capitais que não vimos antes e não permite folga ao sistema de saúde", disse Paula Magalhães, economista-chefe da A. C. Pastore Associados e outra convidada da live.

Segundo ela, o descontrole da pandemia acendeu "uma grande luz vermelha" para a atividade. "A questão é até quando teremos medidas restritivas à circulação no segundo trimestre. A indústria até veio bem em janeiro, mas sozinha não sustenta o **PIB**. Os serviços, 60% do **PIB**, são a área mais afetada. Então, estamos pessimistas", disse Paula. Embora ainda esteja calibrando suas projeções, a chance de recessão técnica - dois trimestres seguidos de queda no **PIB** - não está descartada.

Natalie pondera que a primeira onda pode ter deixado uma "curva de aprendizado" e, levando em conta a experiência internacional, o impacto na atividade tende a ser menor do que no primeiro choque de 2020. A Garde estima estabilidade no **PIB** do primeiro trimestre, mas há muita incerteza.

Ambas as economistas entendem como necessário um novo auxílio emergencial, mas ressaltam que apenas a aceleração da vacinação vai trazer tranquilidade econômica. "Ninguém acha que não é bom ter o auxílio para as pessoas não morrerem de fome. Vamos ter um baque no emprego novamente com as restrições [à circulação]. E também alguma medida para impedir empresas de quebrar. Mas o melhor gasto fiscal é o gasto em vacina", afirmou Paula. Sem vacinação em massa, o Brasil poderá, em 2022, estar discutindo os mesmos problemas, alertou Natalie.

Elas aproveitaram a live, que ocorreu no Dia Internacional da Mulher, para reforçar a importância de economistas mulheres ocuparem mais espaços nos ambientes de trabalho e na academia, de modo que futuras economistas se sintam representadas e tenham em quem se espelhar. "Sim, somos minoria, porém descobrimos que não somos tão poucas assim e está melhorando", disse Natalie Victal. Grupos de apoio têm se formado para dar visibilidade às mulheres economistas e trazem esperança de um futuro ainda melhor, observou Paula Magalhães. "Passar por uma situação ruim ou ter dúvida da sua capacidade porque você não tem em quem se espelhar e se sente sozinha piora muito sua vontade de continuar, então esses grupos são muito importantes."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Paraguai troca ministros para tentar acalmar protestos por colapso na saúde

O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, promoveu ontem uma **reforma ministerial** para tentar aplacar a insatisfação de parte da população à sua gestão contra a pandemia de covid-19. Desde sexta-feira manifestantes pedem a renúncia do presidente.

O vice-ministro da Saúde, Julio Borba, foi confirmado como novo titular da pasta no lugar de Julio Mazzoleni, forçado a deixar ao cargo após os protestos contra a falta de vacinas e insumos médicos nos hospitais. O assessor jurídico Hernan Hutterman será o novo chefe de Gabinete do governo.

"Há uma grande escassez de medicamentos. Não se pode negar", afirmou Borba em entrevista coletiva à imprensa. Ele prometeu acelerar as negociações para obter vacinas contra a covid-19. "Em relação à aquisição de vacinas, estabelecemos os canais de comunicação para obter a maior quantidade de doses no menor tempo possível."

Até agora, o Paraguai recebeu 24 mil doses de vacinas contra a covid-19, suficiente para imunizar só 12 mil pessoas. O país tem quase 7 milhões de habitantes.

O Paraguai espera receber nesta semana mais de 30 mil doses de vacinas que serão enviadas pela Covax Facility, a iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir um acesso igualitário a vacinas em todo o mundo.

Apesar das mudanças, a expectativa é de continuidade dos protestos nas ruas da capital Assunção contra Abdo Benítez. Na noite de sábado, a violência nos confrontos dos manifestantes com a polícia resultou na morte de uma pessoa.

Inicialmente, o Paraguai viu baixos números de infecções e mortes, graças ao fechamento das fronteiras e a imposição de um "lockdown". Mas esses números vêm crescendo desde a reabertura em julho. A média de sete dias de mais de mil novos casos por dia é a mais alta desde o começo da pandemia.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Caso pode ficar com juiz que anulou provas

**Breno Pires / BRASÍLIA**

Um juiz federal que já anulou provas da Operação Lava Jato em um recente caso pode herdar os processos envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O titular da 12.<sup>a</sup> Vara Federal do Distrito Federal, Marcus Vinícius Reis Bastos, é um dos quatro magistrados que podem ser sorteados para conduzir as ações que resultaram na condenação do petista, após o ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin apontar incompetência da 13.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal do Paraná.

Bastos anulou, há exatos dois meses, as provas obtidas na Operação Carbonara Chimica, a 63.<sup>a</sup> fase da Lava Jato, deflagrada para apurar suspeita de propinas aos ex-ministros da Fazenda Antônio Palocci (governo Lula) e Guido Mantega (governos Lula e Dilma), em troca da edição de medidas provisórias favoráveis à Odebrecht.

À época, o juiz federal apontou que a operação foi determinada por juízo incompetente e, por isso, as provas deveriam ser anuladas. É um entendimento que, se repetido no caso Lula, também pode invalidar as diligências realizadas nos inquéritos envolvendo o petista, por ordem do ex-juiz Sérgio Moro.

O juiz também já absolveu o ex-presidente Michel **Temer**, denunciado por suposta compra de silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Além de Reis Bastos, também podem ser sorteados a juíza substituta da 12.<sup>a</sup> Vara, Pollyanna Kelly Medeiros, e os juízes federais Vallisney Oliveira, titular da 10.<sup>a</sup> Vara Criminal da Justiça Federal do DF, e Ricardo Leite, substituto da 10.<sup>a</sup> Vara.

Dentre os quatro, Vallisney Oliveira é considerado por criminalistas como o mais "linha dura". No fim de janeiro, o magistrado condenou a mãe do ex-ministro Geddel Vieira Lima a dez anos de prisão por lavagem de dinheiro e associação criminosa, no processo que apurou a origem dos R\$ 51 milhões encontrados em malas de dinheiro.

Vallisney também é o juiz responsável pela **Operação Zelotes**, que tem Lula entre os réus.

A operação apontou indícios irregularidades na compra de 36 caças Gripen.

O juiz Ricardo Leite conduz a ação penal da Operação

Spoofing, que investigou os hackers que invadiram aparelhos celulares de integrantes da Lava Jato, expondo conversas que fragilizaram a Lava Jato. Criminalistas o consideram um juiz de perfil moderado.

A juíza Pollyanna Kelly Medeiros ficou marcada por uma atuação dura na Operação Panatenaico, que apurou corrupção nas obras do Estádio Mané Garrincha.

É também a relatora da Operação Registro Espúrio, que investigou esquema de favorecimento a sindicatos no extinto Ministério do Trabalho - entre os réus está o ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>